DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 031

1. Identificação do Requisitante:	
Unidade Administrativa Requisitante: *Setor de Compras*	
Responsável: *Filipe Vieira Babsky*	Cargo/Função: Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Matrícula: 41.020	E-mail e telefone do setor: (31) 3558-2315 cultura@mariana.mg.gov.br

2. Necessidade: *Contratação da **RICHELE SILVA** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.*

1. Justificativa da necessidade:

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

Após a assinatura do contrato.

Recebi 16/01/26 10:25h Bárbara

4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento junto às demais atrações, de acordo com o quantitativo abaixo:

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação da Richele Silva	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00

6.1- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

(X) Recurso Próprio
( ) Recurso Vinculado Estadual
( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Outros (quais?) Emenda Parlamentar

5. Indicação da comissão de planejamento da contratação e pela fiscalização da execução do objeto:

Para a adequada condução do procedimento, indicamos o servidor Filipe Vieira Babsky Matrícula 41.020 como membro responsável pela Comissão de Planejamento da Contratação nomeado pelo decreto nº 12.373, de 14 de julho de 2025, bem como o servidor Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48 como membro da Comissão de Fiscalização da Execução do Objeto, que atuarão conforme as disposições legais aplicáveis e acompanharão todas as fases necessárias ao bom andamento e à execução do contrato.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Matrícula 41.020 CPF 917.652.006-44
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

8-RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 031

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Data: 10/11/2025

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N° 031

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

Objeto: Contratação da **RICHELE SILVA** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;
II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;
III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;
IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação da Richele Silva	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a demanda para a contratação de artista, a administração local realizou levantamento de artistas com aceitação pela opinião pública e que possuíssem disponibilidade para apresentação visando sua participação na programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana. No curso das diligências realizadas pela Secretaria de Cultura, verificou-se que o artista atende aos requisitos previamente definidos e demonstrou interesse e viabilidade para a realização das apresentações.

Destaca-se que o artista detém representatividade no cenário musical local, consolidada por sua trajetória musical e pelo amplo reconhecimento junto ao público. Tal notoriedade é evidenciada por meio de publicações em redes sociais e veículos de comunicação, bem como pela participação em eventos, o que reforça sua relevância e aceitação no meio artístico.

Nos termos do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a regra geral para a Administração Pública é a realização de licitação, visando à obtenção da proposta mais vantajosa e assegurando a competitividade entre os interessados. No entanto, a própria legislação prevê hipóteses em que o procedimento licitatório se revela inviável, especialmente quando há impossibilidade de competição objetiva. Esse é o caso da contratação de serviços artísticos, uma vez que as performances musicais possuem caráter singular e criativo, tornando inviável a comparação entre diferentes artistas com base em critérios meramente objetivos.

Dessa forma, a inexigibilidade de licitação encontra respaldo no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Diante do exposto, e considerando que a artista preenche os requisitos legais exigidos, a contratação direta por inexigibilidade de licitação mostra-se o meio mais adequado e juridicamente seguro para viabilizar a apresentação no evento, garantindo a realização de espetáculo compatível com as expectativas do público e os objetivos culturais da administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Dada à potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho artístico, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos, o que não afasta a possibilidade de haver uma contratação com observância da seleção da proposta mais vantajosa, dentre outros princípios a ela atrelados. Mesmo cabendo certa discricionariedade na escolha do executante, nos cercamos de informações que demonstrem a consagração da artista, bem como o mínimo exigido para uma contratação segura e a razoabilidade do

preço. O valor proposto para a referida apresentação está em conformidade com os valores praticados pelo artista no mercado, inclusive à mesma época de outras contratações.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação da Richele Silva	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

(X) Não é divisível.

A contratação em tela não é divisível tendo em vista tratar-se de apresentação artística única.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Visando a programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana, pretende-se:

- ✓ Fortalecer a cultura local.
- ✓ Incentivar a integração comunitária em um ambiente de celebração e convívio social saudável.
- ✓ Fomentar o turismo local, atraindo visitantes de Mariana e municípios vizinhos, movimentando a economia informal e o comércio local durante os eventos.
- ✓ Estimular a continuidade das manifestações populares, garantindo que as novas gerações tenham contato e valorizem as tradições culturais.
- ✓ Promover o acesso gratuito a atividades culturais de qualidade, democratizando a cultura e fortalecendo a cidadania cultural.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

A entrega da contratação será em dia e horário a serem definidos. O responsável pelo acompanhamento dos preparativos até a execução da contratação, será um colaborador da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, devidamente designado pelo ordenador de despesa da pasta.

O servidor designado para exercer a função de fiscal do contrato será previamente cientificado de todas as cláusulas contratuais pertinentes, sendo devidamente capacitado para o exercício das atribuições de fiscalização, conforme exige o §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

O artista contratado bem como os demais integrantes da banda e produção deverão estar aptos e presentes no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo. A Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo é responsável pelo fornecimento de palco e camarim, sonorização, gerador de energia e apoio logístico para o local.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

( ) Não.
(X) Sim

Contratação de toda estrutura que estará montada e apta para receber o artista e que ficará à disposição durante todos os dias de evento: palco, sonorização, iluminação, gerador de energia e apoio logístico.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

( ) Não.
(X) Sim.

Com vistas à observância das normas de sustentabilidade ambiental previstas na legislação vigente, todos os resíduos sólidos gerados durante a execução do evento serão devidamente tratados e descartados em conformidade com as diretrizes e normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela política pública de limpeza urbana, coleta, manejo e destinação final

de resíduos, garantindo-se o cumprimento dos princípios da responsabilidade ambiental e da eficiência na gestão dos serviços públicos.

No que se refere ao consumo de energia elétrica necessário para a realização do show, caberá a responsabilidade pela adequação da gestão da energia utilizada no evento. Tal medida visa resguardar o erário público, em consonância com os princípios da economicidade e da razoabilidade.

13. CONCLUSÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 7 "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
(X) Sim.

Mariana, 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

Serão devidamente considerados, na elaboração do Termo de Referência e do contrato, os riscos identificados e classificados no Mapa de Riscos, de modo a subsidiar a adoção de medidas preventivas, mitigar possíveis impactos à execução contratual e assegurar o cumprimento do planejamento institucional.

MAPA DE RISCO

RISCO 1			
Não cumprimento do contrato por parte do artista (cancelamento ou qualidade inferior à esperada)			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Impacto negativo no evento, insatisfação do público e prejuízo financeiro.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Inclusão de cláusulas contratuais prevendo penalidades por descumprimento e pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.		Fiscal administrativo do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade.		Gestor do contrato

RISCO 2			
Ausência de clareza na especificação dos serviços a serem prestados			
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Descumprimento, pela contratada, de obrigações previstas em contrato.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Divergências entre as partes sobre o que foi contratado.		Gestor do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Elaboração detalhada do termo de referência, incluindo duração do show, requisitos técnicos e logística.		Gestor do contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

Contratação da **RICHELE SILVA** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1) Inexigibilidade, conforme inciso II, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

3) Condição de Serviço/Bem comum: Celebração de festa popular

4) Serviço contínuo: Não se aplica

5) Contato do responsável: Secretário de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

Telefone: 3558-2315

email: cultura@mariana.mg.gov.br

2. JUSTIFICATIVA

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia

local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação da Richele Silva	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;

II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;

III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;

IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto referente à contratação do artista para apresentação musical, será conduzida em etapas previamente definidas, assegurando o pleno cumprimento do contrato e a efetividade do resultado cultural pretendido pelo Município.

6.1. Início da Execução Contratual
A execução se iniciará com a formalização do contrato administrativo entre a Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da Secretaria de Cultura, e o artista, mediante assinatura contratual e emissão da respectiva Nota de Empenho.

6.2. Planejamento e Articulação Técnica
Após a formalização, será realizada reunião técnica entre a equipe da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, a produção do artista e os responsáveis pela organização, para alinhamento de informações logísticas e técnicas relacionadas à apresentação, tais como:

Definição do local do show;

Data e horário da apresentação, conforme cronograma;

Requisitos técnicos (rider técnico);

Estrutura de palco, som, iluminação e camarins;

Segurança e acessibilidade.

6.3. Logística e Infraestrutura
A Prefeitura de Mariana será responsável por garantir toda a infraestrutura necessária à realização do show, incluindo montagem de palco, sonorização, iluminação, conforme os termos acordados entre as partes e constantes no rider técnico do artista.

6.4. Apresentação do Artista
A apresentação do artista deverá ocorrer no dia e horário previamente definidos, com duração aproximada de 1h30 (uma hora e trinta minutos. O show será de acesso gratuito ao público, integrando o conjunto de ações de valorização cultural, democratização do acesso à arte e fortalecimento do calendário turístico e cultural do município.

6.5. Relatório de Execução
Após a apresentação, será emitido relatório de execução pela equipe técnica da Secretaria de Cultura, atestando o cumprimento do objeto contratual, a adequação da entrega aos parâmetros estabelecidos e a regularidade do serviço prestado. O relatório poderá conter registros fotográficos, audiovisuais e parecer técnico-cultural sobre a atividade.

6.6. Encerramento do Contrato
O encerramento do contrato ocorrerá após a apresentação da artista, a aprovação do relatório de execução e a confirmação do cumprimento de todas as obrigações contratuais por ambas as partes. O pagamento será efetuado conforme previsto contratualmente, condicionado à apresentação da documentação fiscal e do atesto pela fiscalização do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação do artista será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a contratação direta quando houver

inviabilidade de competição em razão da contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A inviabilidade de competição decorre da natureza personalíssima da apresentação artística pretendida, sendo o artista o único capaz de realizar o serviço de forma autêntica, conforme amplamente reconhecido por sua trajetória, estilo musical e identidade artística. A escolha do artista visa à valorização do evento, à atração de público diverso e à qualificação da programação cultural, aspectos essenciais para o alcance dos objetivos pretendidos.

A comprovação da notória consagração da artista será feita por meio de documentação pública e material promocional, incluindo:

Histórico profissional e biografia artística;

Reconhecimento pelo público;

Ampla circulação na mídia e plataformas digitais.

A contratação será intermediada por sua representação exclusiva, devidamente comprovada mediante apresentação de documento que ateste a exclusividade da empresa ou empresário responsável pela gestão da carreira do artista. Esta exigência está prevista no §1º do art. 74 da Lei 14.133/2021, como condição para a legalidade da inexigibilidade.

Por fim, a adequação dos preços será verificada com base em propostas de apresentações similares, quando disponíveis, bem como em análise da compatibilidade com os valores praticados pelo mercado para artistas de igual notoriedade, nos termos do art. 23, § 4 da referida legislação.

8. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2. HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.
Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar dos procedimentos licitatórios

8.4. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração atestando que a pessoa jurídica a ser contratada não emprega servidor público.

c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

9. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não se aplica a essa contratação.

10. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação do serviço ocorrerá em dia, local e horário a ser definido. E contará com toda estrutura e demais responsabilidades de qualquer tipo de autorização, por conta da contratante – Prefeitura Municipal de Mariana.

11. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Não se aplica a essa contratação.

12. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

12.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria de Cultura Patrimonial, Turismo e Lazer.

6

12.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as descrições contidas nesse Termo de Referência.

12.3. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE.

12.4. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço. Ficarão por conta da CONTRATADA todos os impostos, taxas, seguros, transportes, materiais de higienização e demais custos necessários a completa disponibilização do objeto.

12.5. Executar fielmente este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e suas alterações.

12.6. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.7. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

13.1. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

13.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas no Termo de Referência;

13.3. Avaliar a qualidade dos serviços prestados por ocasião pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos Nesse Termo de Referência;

13.5. Emitir Autorização de Fornecimento, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA

13.6. Rejeitar o serviço no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7. Atestar, para fins de pagamento da franquia, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço. Exercer a Fiscalização da contratação.

13.8. Reservar à fiscalização da Secretaria o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto nesse Termo de Referência e em tudo o mais que se relacione com o Objeto dessa contratação, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s). Fiscal (is) correspondentes ao fornecimento, acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

14.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Não se aplica a essa contratação

15. FISCALIZAÇÃO

15.1 O Município de Mariana exercerá a fiscalização por meio do servidor designado, Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48, plenamente capacitado para a função, tendo em vista sua experiência como fiscal de diversos contratos no âmbito desta Secretaria e o exercício de cargo de coordenação. Em caso de sinistro, caberá ao referido servidor entrar em contato com a empresa contratada para averiguar a ocorrência. Constatada qualquer irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados de forma in loco pelo servidor designado, durante a realização do show, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada. A fiscalização abrangerá, dentre outros aspectos, a execução do serviço conforme as especificações técnicas, o cumprimento de normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a qualidade geral da prestação do serviço.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência de 90 dias.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica a essa contratação.

18. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

Não se aplica a essa contratação.

19. SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos termos do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21:

19.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

19.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 01% (um por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 10% (dez por cento);

c) 02% (dois por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 20% (vinte por cento);
Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

19.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4° da Lei n° 14.133/21.

19.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

20. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação da **RICHELE SILVA** para compor a programação do carnaval de Mariana 2026, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 14 de janeiro de 2026.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA DE MARIANA
Secretaria de Cultura, Patrimônio Cultural e Turismo

DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 35.993.301/0001-48 representantes exclusivo da Richele Silva, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para contratação por inexigibilidade de licitação, em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Para a contratação do show da Richele Silva, procedeu-se à análise do orçamento apresentado, tomando-se como referência os valores praticados pela empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, detentora do contrato de exclusividade para a intermediação e gestão dos shows do referido artista.

A verificação da razoabilidade e adequação do preço foi realizada com base nas notas fiscais emitidas pela mencionada empresa, devidamente válidas e representativas dos valores de mercado atualmente praticados para apresentações da Richele Silva.

Considerando que a empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA é a única representante autorizada para a comercialização e intermediação dos shows da artista, resta caracterizada a inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de empresário exclusivo.

Dessa forma, a contratação do show da Richele Silva encontra-se devidamente fundamentada, atendendo aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da economicidade, garantindo a conformidade com a legislação vigente e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

RETICÊNCIAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ: 35.993.301/0001-48

E-mail: richelesivaoficial@gmail.com Tel: 31 998610-2808

PROPOSTA COMERCIAL

Para Município de Mariana - MG,

Venho através desta, apresentar proposta comercial para apresentação artística da Cantora Richele Silva, neste ato representada pela empresa Reticências Produções Artísticas Ltda, inscrita no CNPJ 35.993.301/0001-48 , com duração mínima de 02:30 h (duas horas e trinta minutos) em evento em praça pública no Município de Mariana, no dia 16/02/2026, em virtude das festividades do Carnaval 2026. Para tal, ofertamos a seguinte proposta:

- **Banda Completa, incluindo dançarinos: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)**

Conforme a seguinte composição de custos:

Cachê da Cantora	R$1.800,00
Baking Vocal	R$650,00
Guitarrista	R$650,00
Violonista	R$650,00
Contrabaixista	R$650,00
Baterista	R$650,00
Percussionista	R$650,00
Dançarino 01	R$350,00
Dançarino 02	R$350,00
Técnico de Som	R$650,00
Técnico de Luz	R$650,00
Staff 01	R$350,00
Transporte	R$2.000,00
Hospedagem	R$1.200,00
Alimentação	R$750,00
Camarim	R$500,00
Total:	**R$12.500,00**

Equipe técnica composta por Staffs, técnico de som e técnico de iluminação

Possuímos habilitação fiscal, jurídica e trabalhista para contratação com a administração pública e emitimos Nota Fiscal Eletrônica.

CONFERE COM ORIGINAL

RETICÊNCIAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ: 35.993.301/0001-48

E-mail: richelesivaoficial@gmail.com Tel: 31 998610-2808

Validade da Proposta: 60 dias

Urucânia, 13 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,

Richele Ap. Silva de Jesus

gov.br Documento assinado digitalmente
RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS
Data: 13/01/2026 15:18:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Sócia Administradora

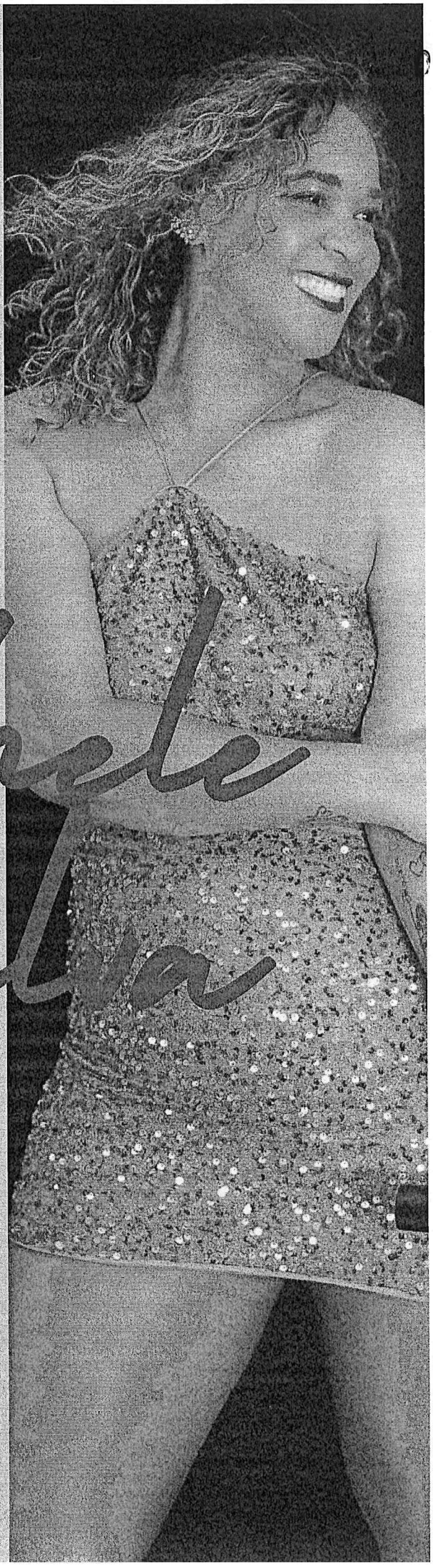
CONFERE COM ORIGINAL

024

PORTFÓLIO

Richele Silva

2025



Sobre a artista

A cantora Richele Silva iniciou oficialmente sua carreira no ano de 2001, no Carnaval daquele ano na cidade de Guaraciaba, daí por diante passou por diversas bandas, como vocalista e como free lancer, adquirindo grande experiência e desenvoltura.

No ano de 2018 resolveu aventurar-se em seu projeto próprio, projeto este que levaria seu nome, sua cara sua identidade, assim nasceu o projeto Richele Silva, com um repertório variado, dinâmico e muito dançante tem levado um show alegre e super pra cima para várias cidades do Estado de Minas Gerais.

Em 2021 a cantora lançou sua primeira música inédita em todasas plataformas digitaisintitulada: Amor à mão armada.

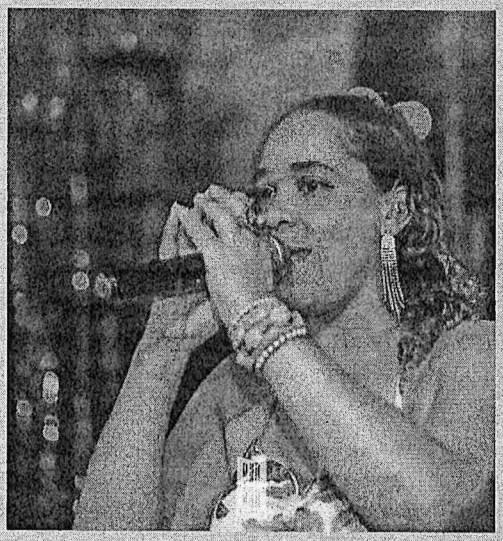




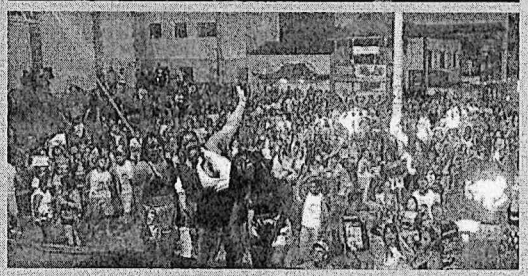




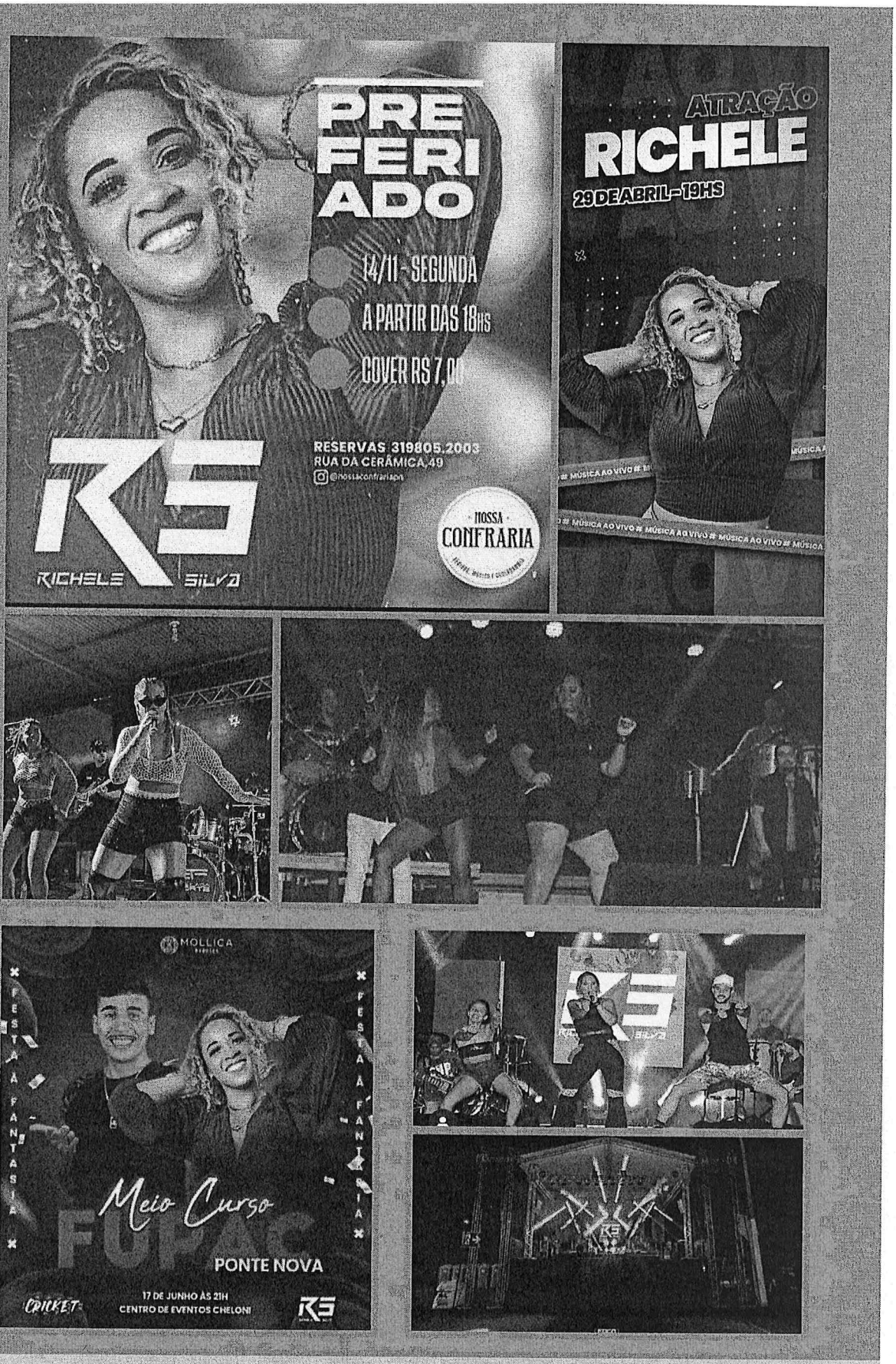






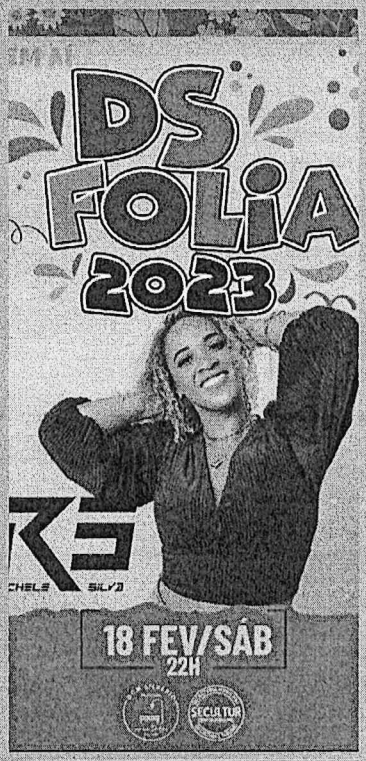


Shows e eventos

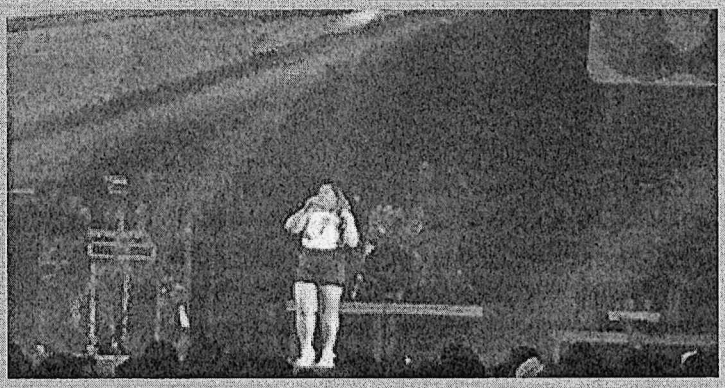


Shows e eventos



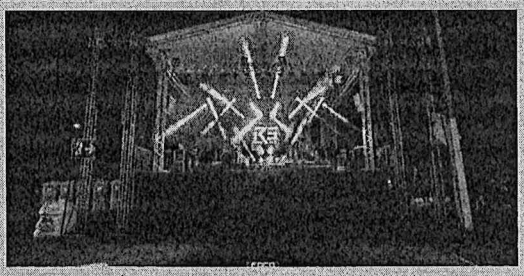








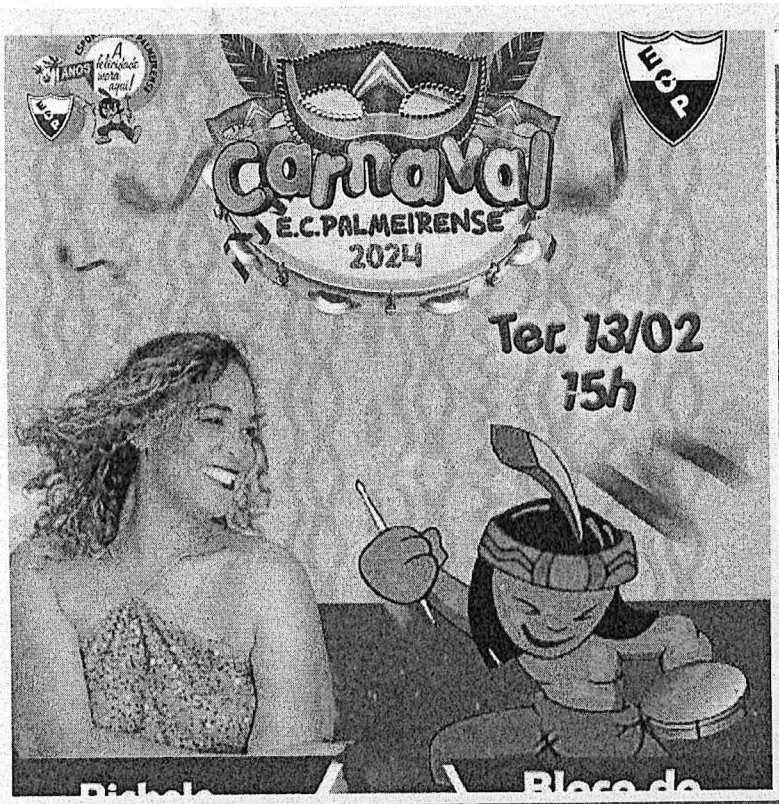




Shows e eventos



Shows e eventos

















Shows e eventos

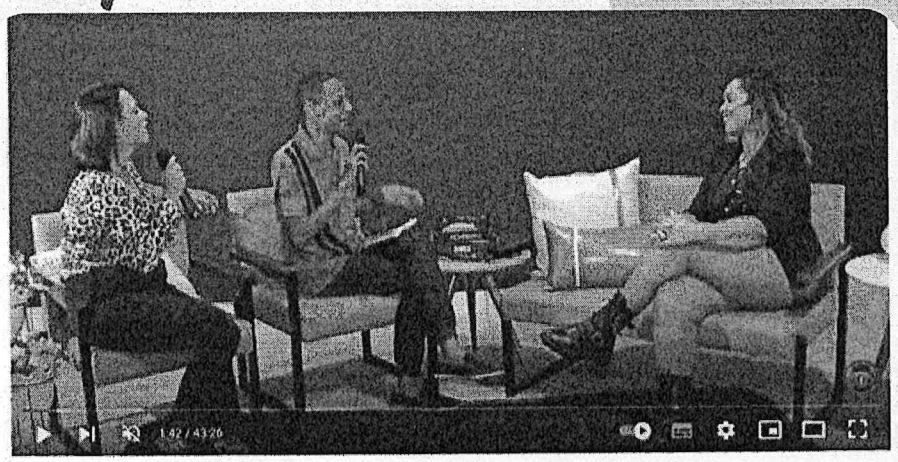
Lives







Destaques na imprensa

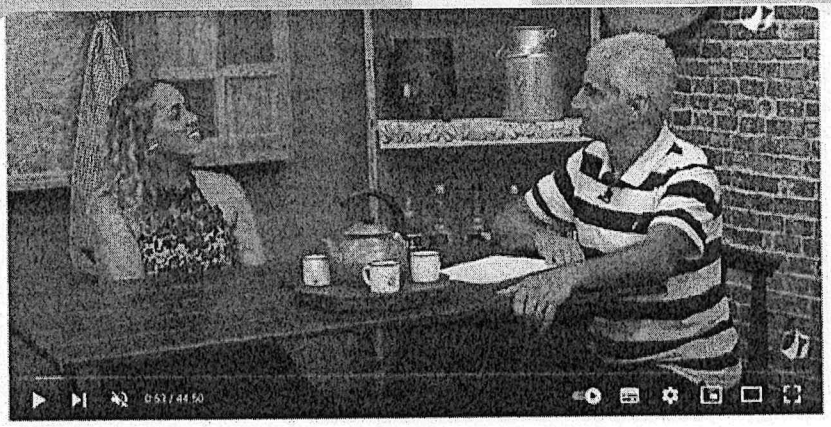


Programa Deu Certo com Bianca Carolina e Warlley bratcho

WEB TV URUCANIA E RÁDIO POPULAR Inscrever-se 30 Compartilhar Salvar



16-05 PROGRAMA DO WESLEY MOREIRA



01-11 PROGRAMA RANCHO DA VIOLA

TV EDUCAR Inscrever-se 8 Compartilhar Salvar

Destaques na imprensa



Hashta

Festival Gastronômico

A prefeita Leidinha Mucida e equipe de secretários que trabalharam na organização do Festival Gastronômico de Rio Casca. O evento foi um sucesso e reuniu centenas de pessoas no Campo da SER (Sociedade Esportiva Riocasquense); ambiente familiar. Parabéns, Rio Casca!

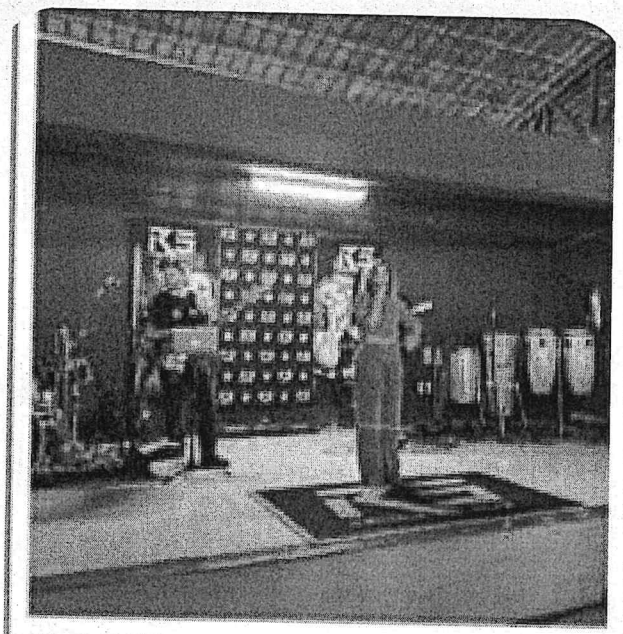
DJ Nenal

Um dos principais DJ Nenal foi uma das atrações cidade de Urucânia que est Na foto, ele aparece ao lado Barões da Pisadinha. Sucess

@carolinabelle - Correndo para bem para me verão!

@richelesilvaoficial - Artista #amarvilhosa!





Richele Silva

Uma das principais artistas da nossa região, Richele Silva, fez um grande show na festa dos trabalhadores da Prefeitura do município de Rio Doce no dia 30 de abril, para comemorar o 1º de Maio. Um repertório variado

Destaques na imprensa



ais pontenovenses agitaram a cidade em 23/7

...les do Festival de Inverno e Romeu & ... seus pontos altos em 23/7 (sábado), ...meiras, com teatro e muita agitação.

No dia anterior, finalizaram-se, no CEU das Artes, as oficinas de Gerenciamento de Carreira Artística, Teatro e Desenhos. Eventos promovidos pela Prefeitura/PN.

Apresentação teatral

Richelle Silva & Banda

...no CEU das Artes

...ssária!

...PONTE NOVA

A Lista de Presentes

Do nosso casamento está aqui!

Rua Assad Zaidan, 142 - Palmeiras/PN - 31 3881 7502 / 24h 31 9...



...on & Arthur: lançamento da dupla tem clipe caprichado com presença de Ri

...de um bom tempo trabalhando na ...ão da estreia, os músicos Edson & ...ublicaram, em 6/3 (terça-feira passada), ...ibe, o clipe cover da música "Flor e o ..." (da dupla Henrique & Juliano), como ...eio oficial da dupla. Vale conferir a ...o no canal da dupla, que conta com a participação mais que especial da cantora Richeli Silva. Nota 10 para captação de imagens e áudio, o que demonstra que os rapazes não estão brincando, pois o resultado ficou excelente. Muito bacana ver nossos artistas encararem o mercado com bons trabalhos e profissionalismo.

Edson & Arthur é uma dupla de música sertaneja formada neste ano pelos cantores Uedson de Paula (2ª voz) e Arthur Soares (1ª voz).

A dupla vem com proposta de sertanejo universitário, mas deixam claro que as modas de viola também estarão presentes em seus trabalhos. Ambos cantores, já atuam no ramo da música há mais de dez anos. Uedson é guitarrista e cantor e tocou em diversas bandas de Teixeiras e região. Já Arthur Soares iniciou sua carreira tocando em igrejas e há pouco mais de 2 anos em bares de Ponte Nova, com um repertório variado. Os dois são alunos do Conservat... Música de Visconde do Rio Branco, onde se conhece...

Com o lançamento do canal, eles pretendem divulga... trabalhos covers e logo após músicas autorais já pro...

Pelo que vimos na estreia, podemos esperar músicas... bem elaboradas. Visitem o canal dos rapazes e se im... Vamos apoiar nossos talentos.

Quanto à participação da Richeli, confira o vídeo e v... o espetáculo que foi a sintonia dela com os cantores... tranquilidade na interpretação. Muito top!

Edson, Richeli e Arthur



adonai fagueiredo

arte & cultura

Richele Silva: '10 fatos sobre mim'

Ela já esteve presente em nossa coluna, mas sempre acompanhada de outros artistas. Hoje ela é a destaque! Na sequência das reportagens do projeto "10 fatos sobre mim" (divulgadas aos 10 anos da coluna **Arte & Cultura**), contamos com a presença da cantora e compositora Richelle Silva.

★ Meu nome é Richele Silva, cantora da cidade de Uruclânia. A música me foi apresentada desde muito cedo. Meu pai sempre foi um ouvinte e apreciador voraz de músicas de diversos estilos, crescendo então ganhando vinis de presente de aniversário e Natal.

★ Costumo dizer que não escolhi a música, ela é que me escolheu. Por ser algo tão presente em minha vida, cantar pra mim sempre foi algo natural. Quando percebi, já estava cantando em festivais, em festas na escola, para os amigos, em qualquer... coisa em que eu estivesse...

...assim comigo compor e tenho guardadas algumas composições de diversos estilos. Como eu escrevo somente letras e tenho parcerias, mas de uns tempos pra cá tenho arriscado alguns sambas também.

★ Aos 8 anos, participei do Festival de Música Cristã em Uruclânia, ficando em 1º lugar. No ano seguinte, consegui o 1º lugar no mesmo festival com uma paródia escrita por mim, numa categoria que mesclava adultos e crianças).

★ A música sempre fez parte da minha história de alguma modo. Aos 12 anos, comecei a apresentar um programa numa rádio comunitária local, com bandas com o mesmo gênero musical. Durante a adolescência, fiz parte de um grupo de dança, mas sempre cantando, ainda que esporadicamente.

★ No ano de 2001, aos 14 anos, fiz meu primeiro show com a Banda Amanda, da cidade de Ponte Nova, onde retornaria no ano de 2019. Também no Carnaval, com meu projeto solo.

★ Canto e ainda canto, hoje com menos frequência, em cerimônias de casamento. É algo que me causa muito prazer e, de certa modo me completa e desabafa como intérprete, sobretudo a totalmente diferente da música que levo aos palcos.

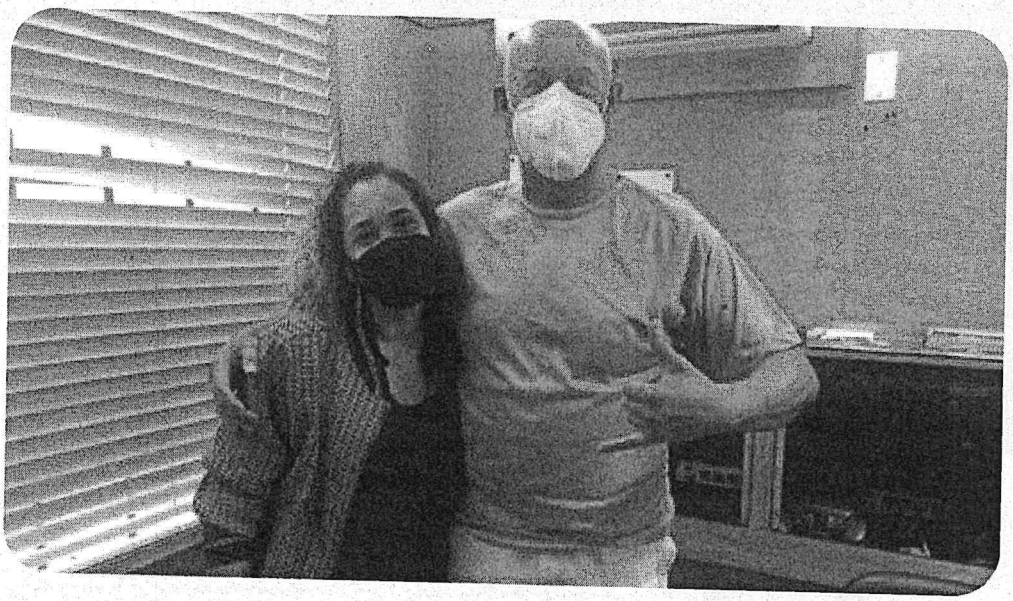
★ Trabalhei como free lancer em alguns projetos. Entre 2011 e 2017, estive à frente da Banda Mare, formada em Uruclânia.

★ Tive um período de hiato até que em 2018, sob forte influência do meu marido, Tiago Ramos, e do meu amigo, contrabaixista e produtor Danilo Dupleaux, iniciamos o projeto "Richele Silva", com minha cara, meu nome, minha identidade, com todas as influências que me compõem.

★ No final do ano passado, lancei

...a não-amada", uma composição que recebeu na verdade um presente dos talentosíssimos Leo Ferraz e Jonas Fagueiredo. Ela já está disponível em

Destaques na imprensa





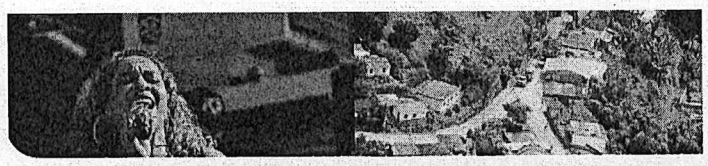


Destaques na imprensa

Santa Cruz do Escalvado recebe milhares de pessoas na Festa do Peão de Boiadeiro

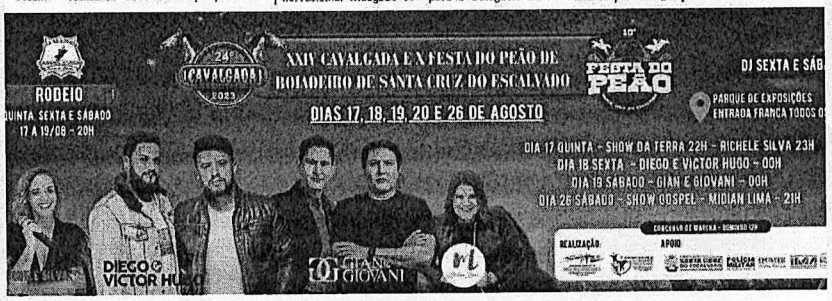
Desde ontem, dia 17 de agosto, a cidade de Santa Cruz do Escalvado, município que faz divisa com Rio Doce, em Novo Soberbo, e que fica a 33 quilômetros de Ponte Nova, recebe milhares de pessoas em sua tradicional Cavalgada, que faz 24 anos, e a X Festa do Peão de Boiadeiro. O local é o Parque de Exposições da cidade com entrada gratuita. Serão 05 (cinco) dias de festa: 17, 18, 19, 20 e 26 de agosto.

O Prefeito da cidade,Gilmar de Paula Lima, disse que todos serão bem-vindos à cidade que é banhada pelo Rio Doce e abriga a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, além de ter como grande atração a Pedra do Escalvado, destino turístico para que for para a festa, durante o dia. Os visitantes terão como atração, antes dos show, o tradicional rodeio.



...itou que o conduto... ...r algo de ilícito no ... O carro perdeu o con... ...bateu em 01 (um) bar... ...e precisou de socorro.
Foram realizadas ... Polícia Civil de Abre Campo, juntamente com o material apreendido. Ele poderá ser enquadrado no Estatuto do Desarmamento, por porte ilegal de arma e cumprir pena.
...zada no Bairro Rosário.
Quando chegaram ao local, os policiais militares perceberam que o denunciado demonstrava nervosismo. Indagado so... ...tes de cocaína, além de 90 pedras de crack.
O autor, um ho... ...mem de 27 anos, foi preso em flagrante e conduzido para a Delegacia de Po... ...liciaCivil de Rio Pomba, ...metros de Ubá, na Z... ...cidade que fica a 30 quilô... ...Mata Mineira.


Grande quantidade de drogas foi apreendida pela PM, em Rio Pomba



...e um show memorável! ... ...ceita na área. Eis o ...

Festival Romeu & Julieta

Conforme divulgamos na edição passada, a Secretaria de Cultura, Turismo e Comunicação promove, neste domingo (24/7), o encerramento do Festival de Inverno e o Festival Romeu & Julieta (com participação da Emater e produtores de golabada e queijos da região, além de espaço para o artesanato). As atrações começam com apresentação teatral às 11h30, vindo na sequência shows com Cícero Moreno, Dani Morais e Richele Silva & Banda. Sobre o teatro, Roger Xavier nos mandou a seguinte mensagem: "Abrindo o Festival Romeu & Julieta (23/7), às 11h30, na praça de Palmeiras, estrela a comédia ligeira 'Meu coração é de golabada-cascão' (meu primeiro texto teatral). O tema da peça gira em torno da golabada, da tradição familiar, do amor e da ambição humana. Serão quatro atores em cena: Alessandra Silva, Cláudio Severo, Kaike Barto e Roger Xavier (na foto abaixo, os quatro durante ensaio). A produção da montagem está a todo vapor! Tudo preparado para você! E aí, vai perder?" Então, fica combinado: neste sábado vamos para a praça. Evento imperdível!



Destaques na imprensa



Em Setembro de 2023, a cantora Richele Silva foi premiada com o certificado de Melhor Cantora por votação popular.

Parceiros

CACHAÇA DE MINAS
Guaraciaba

@cachacaguaraciaba

NÚCLEO BARMAN
FEST DRINKS

@nucleo_barman



@RicheleSilvaOficial

Richele Silva

Também no Spotify!





@RicheleSilvaOficial

Richele Silva

Agora , a cantora é artista verificada no Spotify!

Com o lançamento da música Reticências, em junho de 2025, a cantora teve seu perfil verificado na plataforma Spotify, e em 20 dias a música já havia sido executada em 17 países e mais de 50 cidades.

Reticências

Principais países

Últimos 28 dias		Streams
1	Brasil	1.689
2	Portugal	19
3	Estados Unidos	8

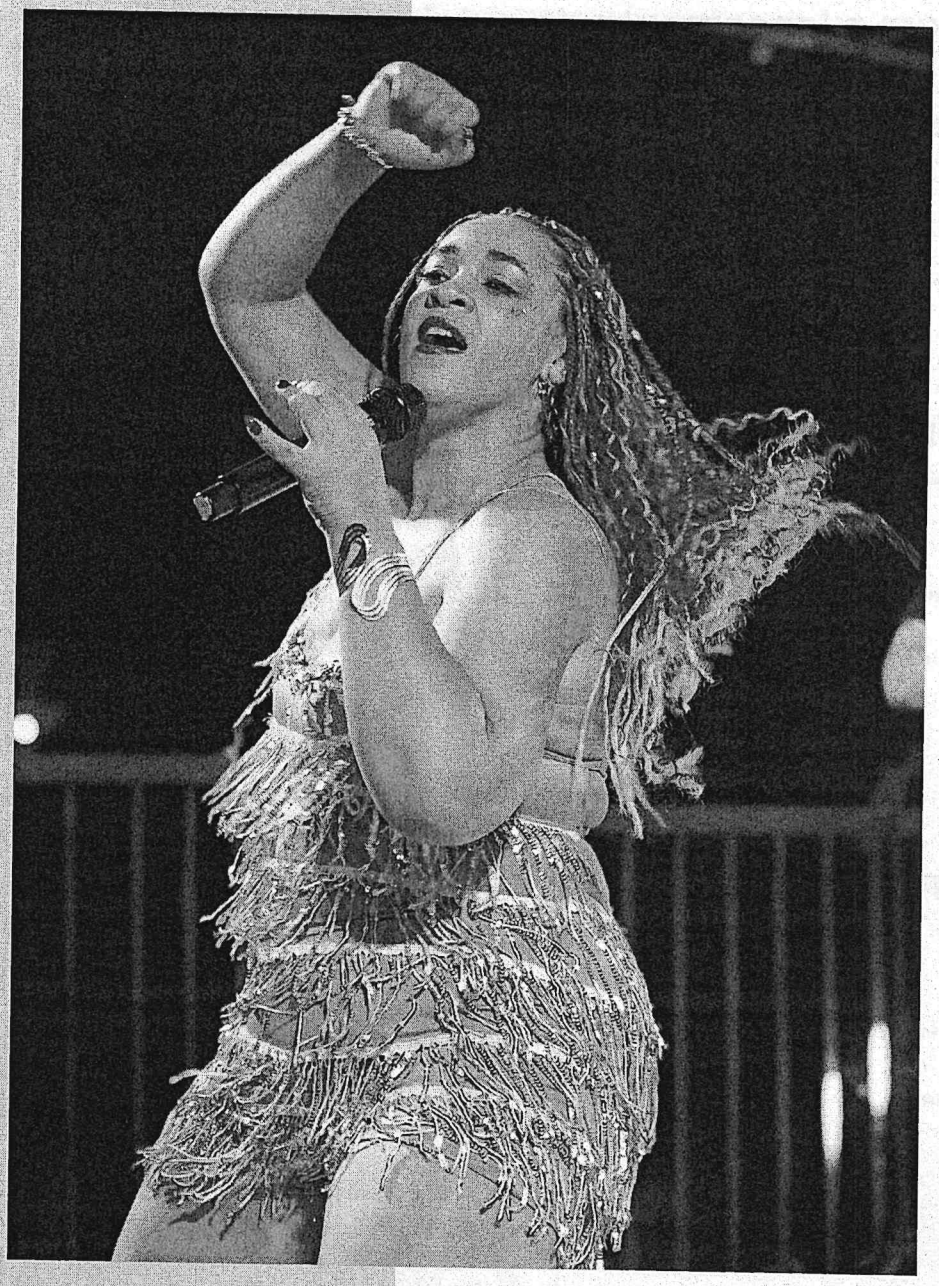
Reticências

Principais cidades

Últimos 28 dias		Streams
1	Recife Brasil	341
2	Ponte Nova Brasil	117
3	São Paulo Brasil	105



Richele Silva



CONTATO RS PRODUÇÕES : (31) 9 8610-2808

RIDER TÉCNICO

RICHELE SILVA

É muito importante frizar que todo o trabalho só terá um bom resultado se trabalharmos "TODOS" em equipe.

Por isso, desde já, agradecemos muitíssimo o profissionalismo, atenção e a colaboração de toda a equipe prestadora.

Informações Gerais: **01 - E fundamental um sistema de A/C 110V e 220V estabilizado e Aterrado .**

02 - A House-Mix deve estar posicionada centralizada em relação ao palco, em uma distância equivalente a 3/4 da distância entre os lados do sistema L/R do P.A. Ex.: se temos 20m entre os lados do sistema L/R, a House-Mix tem que estar a 15m de distância à frente do palco.

03 - É necessária iluminação de serviço adequada para as mesas, racks de periféricos e toda a House-Mix e Monitor.

04 - É fundamental um sistema de intercomunicação entre palco e House-mix.

05 - É proibido o acesso de convidados ao House-mix e palco. Somente os funcionários das empresas fornecedoras de som e luz permanecem no local.

P.A

O sistema deverá ser dimensionado ao público esperado e a área a ser atendida com cobertura uniforme em pressão SPL e resposta de frequências.

Monitor

A Console tem que estar localizada ao lado do "side" o mais próximo possível da banda. Permitindo uma visão livre de obstáculos quanto aos músicos e sempre do lado oposto ao rack de luz.

Consoles

Consoles digitais com no mínimo 32 canais INPUT ,16 Aux Sends, 08 subgrupos, 08 VCA ou DCA e excelente relação sinal/ruído. Modelos sugeridos: LS932, X32FULL, M32,M7CL48, PM5DRH,VENUE MIX RACK ETC

1 Cubo de Baixo composto por 1x15 e 4x10 : Harkte –Ampeg-Meteoro-Fender-Borne etc

1 Cubo de Guitarra : Fender Twin/FM212-Marshall JCM900-,Roland JazzChorus,etc

IMPUT LIST

INSTRUMENTOS	MICROFONES / D.I.
1-BB KIK	Beta 91 / D112 / Beta 52
2-CX TOP	SM57
3-CX ESTEIRA	SM57
4- CX EFF	SM57
5 -HIH	SM81 / C3000
6- ROOTON	
7- TON 1	Sennheiser E 604/ sm98
8- TON 2	Sennheiser E 604/ sm98
9- FLOORTON	Sennheiser E 604/ sm98
10- OH L	Sennheiser E 604/ sm98
11- OH R	SM81 / C3000
12- BASS	D.I
13- VIO	D.I
14- GTR	D.I
15- VS L	D.I
16- VS R	D.I
17- VS SANFONA	D.I
18- CLIK	D.I
19- CONGA HI	SM57/SM57BETA
20- CONG LOW	SM57/SM57BETA
21- TIMB	SM57/SM57BETA
22- BONGO	SM57/SM57BETA
23- SD LOW	SM58/MD421
24- SD MID	SM58/MD421
25- SD HI	SM58/MD421
26- BACURINHA	CABO Y COM 2 MICS SM57/SM57BETA
27- EFF	SM57/SM57BETA
28- OFF BASS	SHURE SM58
29- OFF PERC	SHURE SM58
30- BACK	MIC PROPRIO
31- RICHELE	MIC PROPRIO

VIAS DE MONITOR		
01	BATERISTA	VIA DE FONE P2
02	BASS	VIA DE FONE P2
03	GTR	VIA DE FONE P2
04	PERC	VIA DE FONE P2
05	BACK	VIA DE FONE P2
06	RICHELE	VIA DE FONE (IN EAR) (PROPRIO)
07/8	SIDE	SIDE L+R
09	MONITOR	MONITOR

- Qualquer dúvida entrar em contato com o nosso técnico responsável para não haver contratempos

É muito importante frizar que todo o trabalho só terá um bom resultado se trabalharmos "TODOS" em equipe.

Técnico responsável: Eric Mix

(contatos: 22-99954-6778 / ericbulcao@gmail.com)

(31 9 8610-2808 TIAGO RAMOS PRODUTOR GERAL)

Página 000001/000001 Registro Nº 949 09/01/2026	Protocolo nº 5940 de 07/01/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 949 em 09/01/2026 deste registro de imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Jequeri-mg. Assinado digitalmente por DENIO GUILHERME DOS REIS - Oficial de Registro.

Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Fundos	Condução	Outras Despesas	Total		
R$ 81,22	R$ 6,12	R$ 21,27	R$ 4,07	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 112,68		

034

RETICÊNCIAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ: 35.93.301/0001-48
richele.silvaoficial@gmail.com
31 98610-2808 / 99976-6401

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Richele Ap. Silva de Jesus, qualificação, abaixo assinado, de nome artístico RICHELE SILVA, declara, para os devidos fins, que outorga exclusividade à empresa RETICÊNCIAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 35.993.301/0001-48 com sede à Rua Mário Miguel, n° 29, Bairro Agenor de Godoy Lima, Urucânia – MG, CEP: 35.380-000, para nos representar e intermediar quaisquer contratações relativas à minha apresentação artística em todo o território nacional, inclusive junto à Administração Pública.

A presente exclusividade compreende a negociação, assinatura de contratos, recebimento de valores e todos os demais atos relacionados à contratação de apresentações de nossa autoria.

Declaro, ainda, que não autorizo nenhuma outra empresa, pessoa física ou jurídica a nos representar ou contratar em meu nome, sendo a empresa acima identificada a minha representante exclusiva, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de eventual contratação direta com a Administração Pública em razão da inviabilidade de competição.

Por ser verdade, firmo a presente para que produza seus efeitos legais.

Urucânia, 06 de janeiro de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS
Data: 06/01/2026 15:57:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Richele Aparecida Silva de Jesus
CPF: 070.670.636-63

Aline Fialho M. Sampaio
Escrevente Substituta
Registro de Imóveis
Jequeri-MG

REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOC. E PESSOAS JURIDICAS DE JEQUERI
(X) Registro
( ) Averbação
Apresentado no dia 09/01/2026 ordem nº 5940 do livro de protocolo.

Quant. de atos praticados: 3 - Atos: 5202-7, 5550-9, 8101-8
Emol.: R$ 81,22 - TFJ: R$ 21,27 - RECOMPE: R$ 6,12 - ISS: R$ 4,07 - FDMP: R$ 0,00 - FEGAJ: R$ 0,00 - FEAGE: R$ 0,00 - Valor Final: R$ 112,68

REGISTRADO/AVERBADO sob n.º 949 às folhas 108 à 108 do livro 7 - B.
Jequeri - 9 de janeiro de 2026.

Aline Fialho Martins
Substituta

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE JEQUERI/MG
Rua Alfaces Martins, 22 - Centro - Jequeri/MG - CEP 35.380-000 - Tel/Fax: (31) 3837-1387
Oficial: Denio Guilherme dos Reis - Titular
Registro de Imóveis, Títulos e Doc. e Pessoas Jurídicas de Jequeri-MG

SELO DE CONSULTA: HYA09910
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1690.3193.0273.1183

Quantidade de atos praticados: 3 Atos: 5202-7, 5550-9, 8101-8
Ato(s) praticado(s) por: Denio Guilherme dos Reis - Titular
Emol.: R$ 87,34 - TFJ: R$ 21,27 - RECOMPE: 6,12
Valor final: R$ 112,68 - ISS: R$ 4,07

Consulte a validade deste selo no site https://selos.tjmg.jus.br

CONFERE COM ORIGINAL

registro de imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Jequeri-mg

Oficial Titular: Dênio Guilherme dos Reis

Rua Alferes Martins , 22 - Centro

Tel.: (31) 3877-1383 - Email: cartorioregistroimoveisjequeri@gmail.com

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

Nº 949 de 09/01/2026

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **1 (um) páginas**, foi apresentado em 07/01/2026, o qual foi protocolado sob nº 5940, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **949** no Livro B deste registro de imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Jequeri-mg na presente data.

Apresentante
RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS

Natureza
Documento - Outros > Declaração

Código de Segurança: **1690.3193.0273.1183**

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS:070.670.636-63 (Padrão: Gov.br)

Jequeri - MG, 09 de janeiro de 2026

Assinado eletronicamente

DENIO GUILHERME DOS REIS
Oficial de Registro

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

CONFERE COM ORIGINAL

Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Fundos
R$ 81,22	R$ 6,12	R$ 21,27	R$ 4,07	R$ 0,00
Condução	Outras Despesas	Total		
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 112,68		

Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
rtdbrasil.org.br/certidaoregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

949

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
selos.tjmg.jus.br

Selo Digital
HYA09910

RETICÊNCIAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ: 35.993.301/0001-48

E-mail: richelesivaoficial@gmail.com Tel: 31 998610-2808

À Prefeitura Municipal de Mariana – MG.

Eu, Richele Ap. Silva de Jesus, portadora do CPF 070.670.636-63 e representante legal da empresa Reticências Produções Artísticas Ltda, inscrita no CNPJ sob o número 35.993.301/0001-48, venho por meio desta declarar, sob as penas da lei, que:

1. **Idoneidade, Inexistência de fato impeditivo e de suspensão para Contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.**

a) Não incorremos em nenhuma das situações que configurem impedimento de licitar, inidoneidade ou irregularidade para contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, conforme estabelecido na legislação aplicável, nos termos do art. 156 da Lei 14.133/21, ou das legislações anteriores;

b) Não estamos suspensos temporariamente de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, em razão de processo administrativo ou judicial, nos termos do art. 156 da Lei 14.133/21, ou das legislações anteriores.

2. **Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.**

a) A Declarante está em conformidade com as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, conforme estabelecido na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas aplicáveis;

b) Mantemos em nosso quadro de colaboradores o percentual mínimo de trabalhadores com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, estabelecido por lei, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991;

c) Temos políticas internas e práticas de inclusão que visam garantir a igualdade de oportunidades, proporcionando ambiente acessível e adaptado para a plena integração dos colaboradores com deficiência ou reabilitados;

d) Comprometemo-nos a observar e cumprir todas as determinações legais relativas à contratação, manutenção e promoção de profissionais com deficiência ou reabilitados;

3. **Não emprega menores**

Que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo aqueles em contrato de

CONFERE COM ORIGINAL

RETICÊNCIAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ: 35.993.301/0001-48

E-mail: richelesivaoficial@gmail.com Tel: 31 998610-2808

aprendiz, maiores de quatorze anos, em atendimento ao disposto no art. 7º XXXIII da Constituição Federal, c/c art. 68 da Lei nº 14.133/21.

4. Que não possui em seu quadro societário ou empregado que seja servidor público ativo ou inativo da Administração Municipal do Município de Mariana - MG

Esta declaração é prestada com base na verdade e na fé, assumindo total responsabilidade por suas informações. Declaramos também estar cientes das sanções civis, administrativas e penais aplicáveis em caso de prestação de informações falsas.

Comprometemo-nos a comunicar imediatamente qualquer alteração nas informações prestadas nesta declaração durante a vigência de eventual contrato celebrado com a Administração Pública.

Estamos cientes de que a prestação de informações falsas ou a omissão de informações relevantes sujeitará a presente declarante às sanções legais cabíveis.

Urucânia, 13 de janeiro de 2026. gov.br Documento assinado digitalmente
RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS
Data: 13/01/2026 16:00:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Richele Ap. Silva de Jesus

Sócia-Administradora

Reticências Produções Artísticas Ltda

CONFERE COM ORIGINAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31817151953	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2400651681

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

URUCANIA
Local

12 JULHO 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão
___/___/____
Data
_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____
Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11837711 em 15/07/2024 da Empresa RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663, Nire 31817151953 e protocolo 244344591 - 12/07/2024. Efeitos do registro: 12/07/2024. Autenticação: 5EAD6124384798248E95D3A6AFDD6559A3412AD1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/434.459-1 e o código de segurança ZeaL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/434.459-1	MGP2400651681	12/07/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
070.670.636-63	RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11837711 em 15/07/2024 da Empresa RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663, Nire 31817151953 e protocolo 244344591 - 12/07/2024. Efeitos do registro: 12/07/2024. Autenticação: 5EAD6124384798248E95D3A6AFDD6559A3412AD1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/434.459-1 e o código de segurança ZeaL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO

RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS

RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS, BRASILEIRA(o), Solteiro(a), nascido(a) em 10/12/1985, CPF: 070.670.636-63, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): RUA R JOAO PEREIRA DA SILVA, 27, AGENOR GODOY LIMA, URUCANIA - MG, 35.380-000. Na qualidade de titular da **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663**, com sede no(a) RUA JOAO PEREIRA DA SILVA, 27, AGENOR DE GODOY, URUCANIA - MG, 35.380-000 com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob nº 35.993.301/0001-48, resolve:

DAS ALTERACÕES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Cláusula Primeira - O empresário individual passa a ter por objeto, o exercício das seguintes atividades econômicas: PRODUCAO MUSICAL, SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA,.

Cláusula Segunda - Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

URUCANIA, 12 de Julho de 2024.

RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11837711 em 15/07/2024 da Empresa RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663, Nire 31817151953 e protocolo 244344591 - 12/07/2024. Efeitos do registro: 12/07/2024. Autenticação: 5EAD6124384798248E95D3A6AFDD6559A3412AD1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/434.459-1 e o código de segurança ZeaL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/434.459-1	MGP2400651681	12/07/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
070.670.636-63	RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11837711 em 15/07/2024 da Empresa RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663, Nire 31817151953 e protocolo 244344591 - 12/07/2024. Efeitos do registro: 12/07/2024. Autenticação: 5EAD6124384798248E95D3A6AFDD6559A3412AD1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/434.459-1 e o código de segurança ZeaL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

CONFERE COM O ORIGINAL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663, de NIRE 3181715195-3 e protocolado sob o número 24/434.459-1 em 12/07/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11837711, em 15/07/2024. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Aleidson Cinquini Franco e Silva.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
070.670.636-63	RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
070.670.636-63	RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS

Belo Horizonte, segunda-feira, 15 de julho de 2024

SRM

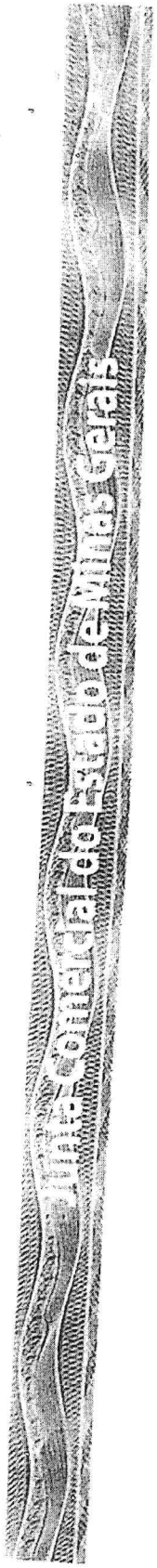
Documento assinado eletrônicamente por Aleidson Cinquini Franco e Silva, Servidor(a) Público(a), em 15/07/2024, às 17:15 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/434.459-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11837711 em 15/07/2024 da Empresa RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663, Nire 31817151953 e protocolo 244344591 - 12/07/2024. Efeitos do registro: 12/07/2024. Autenticação: 5EAD6124384798248E95D3A6AFDD6559A3412AD1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/434.459-1 e o código de segurança ZeaL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

CONFERE COM ORIGINAL

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 15 de julho de 2024

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11837711 em 15/07/2024 da Empresa RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663, Nire 31817151953 e protocolo 244344591 - 12/07/2024. Efeitos do registro: 12/07/2024. Autenticação: 5EAD6124384798248E95D3A6AFDD6559A3412AD1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/434.459-1 e o código de segurança ZeaL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
35.993.301/0001-48
NOME EMPRESARIAL:
RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663
CAPITAL SOCIAL:
R$10.000,00 (Dez mil reais)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ

CONFERE COM ORIGINAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
35.993.301/0001-40 MATRIZ		14/01/2020

NOME EMPRESARIAL
RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067003003

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
90.01-9-02 - Produção musical

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JOAO PEREIRA DA SILVA	27	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
35.380-000	AGENOR DE GODOY	URUCANIA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RICHELE.AP@HOTMAIL.COM	(31) 9970-0401

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	14/01/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **16/07/2024** às **17:02:01** (data e hora de Brasília).

CONFERE COM ORIGINAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial) 040

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2500590354

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		046	1	TRANSFORMACAO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

URUCANIA
Local

5 AGOSTO 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216870068 em 19/08/2025 da Empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, Nire 31216870068 e protocolo 254498299 - 10/07/2025. Efeitos do registro: 05/08/2025. Autenticação: 9758B54DCEEEA444505B419BA6D521589B9572D4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/449.829-9 e o código de segurança 284t Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/449.829-9	MGP2500590354	10/07/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
070.670.636-63	RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS
120.155.506-07	THAMIRES DE MACEDO SILVA RAMOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216870068 em 19/08/2025 da Empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, Nire 31216870068 e protocolo 254498299 - 10/07/2025. Efeitos do registro: 05/08/2025. Autenticação: 9758B54DCEEEA444505B419BA6D521589B9572D4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/449.829-9 e o código de segurança 284t Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
CONFERE COM O ORIGINAL
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL PARA SOCIEDADE LIMITADA
CONTRATO SOCIAL DE
RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ 35.993.301/0001-48

RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS, brasileira, solteira, nascida 10/12/1985, portadora do CPF nº 070.670.636-63, empresária, portadora do CPF nº, residente e domiciliada na Rua João Pereira da Silva, nº 27 bairro Agenor Godoy Lima, município Urucânia (MG), Cep 35380-000.

Representante do CNPJ inscrita no CNPJ sob o nº 35.993.301/0001-48, com registro de empresário individual sob o nome empresarial **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **com fundamento no artigo 968, §3º, do Código Civil**, resolve promover a transformação de sua empresa individual em **sociedade empresária limitada**, mediante as cláusulas seguintes:

1. A empresária **transforma o tipo jurídico de Empresário Individual para Sociedade Empresária Limitada**, que passará a reger-se pelas normas aplicáveis à sociedade limitada, nos termos dos arts. 1.052 e seguintes do Código Civil, mantendo o mesmo número de CNPJ.

2. A empresa passará a adotar a seguinte denominação social: RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, com sede na Rua Mário Miguel, nº 29/A, Bairro Agenor Godoy Lima, Município de Urucânia/MG, CEP 35380-000.

3. O Objeto Social será: PRODUCAO MUSICAL, SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA.

4. O Capital Social será no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais) onde o valor nominal de cada quota equivalerá a R$1,00 (um real). Sendo aproveitado o capital existente da Constituição do CNPJ e integralizado o valor de R$3500,00 três mil e quinhentos reais pela sócia RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS totalizando, portanto, 90% do capital da sociedade e o valor de R$1.500,00 integralizado pela sócia THAMIRES DE MACEDO SILVA RAMOS no ato da transformação, correspondendo a 10% do valor do capital social, sendo disposto da seguinte maneira:

Sócios Componentes	**Quotas**	**Valor (R$)**
Richele Aparecida Silva de Jesus	13.500	R$13.500,00
Thamires de Macedo Silva Ramos	1.500	R$1.500,00

5. A administração da sociedade caberá a **Richele Aparecida Silva de Jesus** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo efetuar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre que de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (**artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002**).

6. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216870068 em 19/08/2025 da Empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, Nire 31216870068 e protocolo 254498299 - 10/07/2025. Efeitos do registro: 05/08/2025. Autenticação: 9758B54DCEEEA444505B419BA6D521589B9572D4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/449.829-9 e o código de segurança 284t Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (**art. 1.011, § 1º, CC/2002**)

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

"**RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 10/12/1985, CPF nº 070.670.636-63, residente e domiciliada na Rua Mario Miguel, nº 29/A bairro Agenor de Godoy, município Urucânia (MG), Cep 35380-000.

THAMIRES DE MACEDO SILVA RAMOS, brasileira, solteira, nascida em 07/04/2005, empresária, portadora do CPF nº 120.155.506-07 e da Identidade nº 22.638,195, expedida pela PCMG em 30/11/2017, residente e domiciliada na Rua Mario Miguel, nº 29/A bairro Agenor de Godoy, município Urucânia (MG), Cep 35380-000

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Clausula Primeira - O Nome empresarial será: RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, com sede na Rua Mário Miguel, nº 29/A, Bairro Agenor Godoy Lima, Município de Urucânia/MG, CEP 35380-000.

Clausula Segunda - O Objeto Social será: PRODUCAO MUSICAL, SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA.

Clausula Terceira - O Capital Social será no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais) onde o valor nominal de cada quota equivalerá a R$1,00 (um real). Dividido entre os sócios na proporção de 90% e 10% respectivamente, integralizado em moeda corrente do país, sendo disposto da seguinte maneira:

Sócios Componentes	**Quotas**	**Valor (R$)**
Richele Aparecida Silva de Jesus	13.500	R$13.500,00
Thamires de Macedo Silva Ramos	1.500	R$1.500,00

Clausula Quarta - O CNPJ 35.993.301/0001-48 tem início à data 14/01/2020 e no ato da transformação a sociedade inicia suas atividades efetivamente em 05/08/2025 e seu prazo de duração é indeterminado. (**art. 997, II, CC/2002**).

Cláusula Quinta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (**art. 1.056, art. 1.057, CC/2002**)

Cláusula Sexta – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (**art. 1.052, CC/2002**)

Cláusula Sétima – A administração da sociedade caberá a **Richele Aparecida Silva de Jesus** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo efetuar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre que de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216870068 em 19/08/2025 da Empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, Nire 31216870068 e protocolo 254498299 - 10/07/2025. Efeitos do registro: 05/08/2025. Autenticação: 9758B54DCEEEA444505B419BA6D521589B9572D4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/449.829-9 e o código de segurança 284t Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (**artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002**).

Cláusula Oitava – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (**art. 1.065, CC/2002**)

Cláusula Nona – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso. (**arts. 1.071 e 1.072, § 2o e art. 1.078, CC/2002**)

Cláusula Décima. – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula Décima Primeira. – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", ou ceder desse recebimento mensal observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda. – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (**art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002**)

Cláusula Décima Terceira. – O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (**art. 1.011, § 1º, CC/2002**)

Cláusula Décima Quarta. – Fica eleito o foro de Jequeri - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 02 vias.

Urucânia, 05 de agosto de 2025.

_____
Richele Aparecida Silva de Jesus
Sócia-Administradora

_____
Thamires de Macedo Silva Ramos
Sócia

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216870068 em 19/08/2025 da Empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, Nire 31216870068 e protocolo 254498299 - 10/07/2025. Efeitos do registro: 05/08/2025. Autenticação: 9758B54DCEEEA444505B419BA6D521589B9572D4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/449.829-9 e o código de segurança 284t Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/449.829-9	MGP2500590354	10/07/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
070.670.636-63	RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS
120.155.506-07	THAMIRES DE MACEDO SILVA RAMOS

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216870068 em 19/08/2025 da Empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, Nire 31216870068 e protocolo 254498299 - 10/07/2025. Efeitos do registro: 05/08/2025. Autenticação: 9758B54DCEEEA444505B419BA6D521589B9572D4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/449.829-9 e o código de segurança 284t Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
REGISTRO DIGITAL

Eu, Maria Auxiliadora Luna Teixeira, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 123066, expedida em 08/08/2025, inscrito no CPF nº 869.456.106-91, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Contrato Social - 3 página(s)

Urucania/MG , 08 de agosto de 2025.

Nome do declarante que assina digitalmente: Maria Auxiliadora Luna Teixeira

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216870068 em 19/08/2025 da Empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, Nire 31216870068 e protocolo 254498299 - 10/07/2025. Efeitos do registro: 05/08/2025. Autenticação: 9758B54DCEEEA444505B419BA6D521589B9572D4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/449.829-9 e o código de segurança 284t Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, de NIRE 3121687006-8 e protocolado sob o número 25/449.829-9 em 10/07/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31216870068, em 19/08/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Glaucia Azevedo Ottoni.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
070.670.636-63	RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS
120.155.506-07	THAMIRES DE MACEDO SILVA RAMOS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
070.670.636-63	RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS
120.155.506-07	THAMIRES DE MACEDO SILVA RAMOS

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
869.456.106-91	MARIA AUXILIADORA LUNA TEIXEIRA

Belo Horizonte. terça-feira, 19 de agosto de 2025

Documento assinado eletrônicamente por Glaucia Azevedo Ottoni, Servidor(a) Público(a), em 19/08/2025, às 15:12 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/449.829-9.

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216870068 em 19/08/2025 da Empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, Nire 31216870068 e protocolo 254498299 - 10/07/2025. Efeitos do registro: 05/08/2025. Autenticação: 9758B54DCEEEA444505B419BA6D521589B9572D4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/449.829-9 e o código de segurança 284t Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. terça-feira, 19 de agosto de 2025

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216870068 em 19/08/2025 da Empresa RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, Nire 31216870068 e protocolo 254498299 - 10/07/2025. Efeitos do registro: 05/08/2025. Autenticação: 9758B54DCEEEA444505B419BA6D521589B9572D4. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/449.829-9 e o código de segurança 284t Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/08/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

C15

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCANIA MINAS GERAIS

Setor Tributario

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

2026

CNPJ: 35.993.301/0001-48 INSC.ESTADUAL:

RAZÃO SOCIAL	: **RETICENCIAS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA**				
NOME FANTASIA	:				
Endereço	: Rua Mario Miguel			Número : 29	
Complemento	: A	Bairro	: AGENOR DE G.LIMA		
C.E.P	: 35380-000	Município	: URUCANIA	UF : MG	

RAMO DE ATIVIDADE
Prestação de serviços

ATIVIDADE PRINCIPAL
01.05.0286 – Produção Musical

01.05.0126 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

01.05.0165 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria tecnica especifica.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 24 hrs

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CUC	NÚMERO DE CONTROLE
0076000861	**0000016201**	

OBSERVAÇÕES:
NENHUMA

ALVARÁ EXPEDIDO EM 14 de Janeiro de 2026

URUCANIA, 14 de Janeiro de 2026

Adriel Almeida Dias
Controlador Interno
Decreto nº 1.195-01/2025
Urucânia/MG

EDMILSON LIMA
ENCARREGADO DE TRIBUTACÃO

ADRIEL ALMEIDA DIAS
CONTROLADOR INTERNO

Edmilson Lima
Tributação

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL AO PÚBLICO E É VÁLIDO ATÉ 31/12/2026.

CONFERE COM O ORIGINAL

Scanned by TapScanner

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

RG DIGITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS



OS DADOS BIOGRÁFICOS e biométricos apresentados neste documento estão contidos no RG original

Esse é um arquivo assinado digitalmente pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais em conformidade com o padrão de Assinatura Digital ICP Brasil. Caso necessite acesse https://validar.iti.gov.br e faça o upload desse documento para aferir a sua conformidade. **Você também pode escanear o Código QR ao lado**

Valid

CONFERE COM ORIGINAL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

RG DIGITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS



OS DADOS BIOGRÁFICOS e biométricos apresentados neste documento estão contidos no RG original

Esse é um arquivo assinado digitalmente pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais em conformidade com o padrão de Assinatura Digital ICP Brasil. Caso necessite acesse https://validar.iti.gov.br e faça o upload desse documento para aferir a sua conformidade. **Você também pode escanear o Código QR ao lado**

Valid

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

CONFERE COM ORIGINAL

RETICÊNCIAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ: 35.993.301/0001-48

E-mail: richelesivaoficial@gmail.com Tel: 31 998610-2808

DADOS BANCÁRIOS ATUALIZADOS:

RETICÊNCIAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

AGÊNCIA: 0001

CONTA CORRENTE: 41594424-2

BANCO: 0260 – NU PAGAMENTOS S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

CHAVE PIX: 35.993.301/0001-48

CONFERE COM ORIGINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCANIA
MINAS GERAIS

Verificar Autenticidade

Certidão de Débitos

Praça Leopoldino Januário Pereira, 316 - Centro CNPJ: 18316281000151 CEP: 35380000 Telefone:

Certidão Negativa de Débitos

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social:
RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663

CNPJ/CPF:
35.993.301/0001-48

Endereço:
Rua JOAO PEREIRA DA SILVA, 27, CASA, AGENOR DE GODOY LIMA, Urucânia, MG, Cep - 35380-000

INFORMAÇÕES DA CERTIDÃO

Número de Controle:
5206

Chave de Autenticidade:
C558B957A2BB418DB3A67398394E23C701

Verifique a autenticidade no link abaixo ou leia o Qr code no cabeçalho:

http://webcidadao.com.br:80/web-cidadao-web/login?codAux=9EBJDT&pagina=VALIDAR_AUTENTICIDADE&codigoAutenticacao=C558B957A2BB418DB3A67398394E23C701

Ressalvando à PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCANIA o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, o Departamento de Dívida Ativa da Secretaria Municipal da Fazenda no uso de suas atribuições legais, certifica que em nome do requerente, não existe debitos em aberto referente a Tributos Municipais.

Prefeitura Municipal de Urucânia, Segunda-feira, 12 de Janeiro de 2026

Qualquer rasura invalida a certidão.

Validade do documento: 30 DIAS

CONFERE COM ORIGINAL

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 12/01/2026

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 12/04/2026

NOME: RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663		
CNPJ/CPF: 35.993.301/0001-48		
LOGRADOURO: RUA Rua Mário Miguel		NÚMERO: 29
COMPLEMENTO:	BAIRRO: agenor de godoy lima	CEP: 35380000
DISTRITO/POVOADO: --	MUNICÍPIO: URUCANIA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2026000954673650

CONFERE COM ORIGINAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ: 35.993.301/0001-48

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:12:23 do dia 07/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/07/2026.
Código de controle da certidão: **4FA1.3B46.7F11.48C6**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM ORIGINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 35.993.301/0001-48
Certidão nº: 3063316/2026
Expedição: 14/01/2026, às 09:18:28
Validade: 13/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **35.993.301/0001-48, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONFERE COM ORIGINAL

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

JEQUERI

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ: 35.993.301/0001-48

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 12 de Janeiro de 2026 às 09:37

JEQUERI, 12 de Janeiro de 2026 às 09:37

Código de Autenticação: 2601-1209-3727-0618-2030

CONFERE COM ORIGINAL

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 35.993.301/0001-48

Razão Social: RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA

Endereço: RUA MARIO MIGUEL 29 A / AGENOR DE GODOY / URUCANIA / MG / 35380-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:30/12/2025 a 28/01/2026

Certificação Número: 2025123002555435394957

Informação obtida em 12/01/2026 09:30:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CONFERE COM ORIGINAL

Municipio de Urucania Secretaria Municipal de Fazenda Praca Leopoldino Januario Pereira, 314 - 35380000 - Urucânia - MG ☒ **Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e**	NÚMERO DA NOTA FISCAL **2025/9**

Dados da NFS-e

Natureza da Operação: Tributação no município Nº RPS:	Código de Autenticidade: 68751632 Nº NFS-e: 2025/9	Data de Emissão: 14/07/2025 11:37:38 Data Emissão RPS:

Dados do Prestador

Razão Social: RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663

Nome Fantasia: RS PRODUÇÕES

CNPJ: 35.993.301/0001-48 Inscrição Estadual: Inscrição Municipal: 76000861

Endereço: Rua JOAO PEREIRA DA SILVA, 27, CASA, AGENOR DE GODOY LIMA, Cep:35380000, URUCANIA - MG

Telefone: () E-mail:

Incentivador Cultural: Não Simples Nacional: Optante Regime Especial: Microempresa Municipal

Dados do Tomador

Razão Social: MUNICIPIO DE URUCANIA

CNPJ: 18.316.281/0001-51 Insc. Estadual: Insc. Municipal:

Endereço: PC LEOPOLDINO JANUARIO PEREIRA, 314, CENTRO - CEP 35.380-000 - URUCANIA - MG Tel: (31) 3876-1425

E-mail: GABINETE@URUCANIA.MG.GOV.BR

Discriminação dos Serviços

Apresentação Artística da Cantora Richele Silva no dia 19/07/2025, durante a realização da URUFEST.

Solicitação nº 1284/2025

Observações

Dados Bancários:

Agência 0001

Conta Corrente: 41594424-2 Banco: 0260

Nu Pagamentos S.A - Instituição de Pagamento

Código/Serviço - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Código CNAE	ISSQN Retido	Local Prestação dos Serviços	Local de Incidência ISSQN
8230001	Sim	3170503 - URUCANIA - MG	3170503 - URUCANIA - MG

Retenções Federais

PIS	COFINS	INSS	IR	CSLL	OUTRAS
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valores da NFS-e

Valor Total dos Serviços	Deduções	Desconto Incondicionado	Desconto Condicionado	Base de Calculo
R$ 17.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 17.000,00
Alíquota 3.00	Valor do ISSQN R$ 510,00	Valor Total R$ 17.000,00	**Valor Líquido** **R$ 16.490,00**	

Recebemos de RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663 os serviços discriminados na nota fiscal eletrônica indicada ao lado.		NFS-e 2025/9
Data de recebimento	Assinatura e Documento do recebedor	

CONFERE COM ORIGINAL

Municipio de Urucania Secretaria Municipal de Fazenda Praca Leopoldino Januario Pereira, 314 - 35380000 - Urucânia - MG ☒ **Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e**	NÚMERO DA NOTA FISCAL **2025/10**

Dados da NFS-e

Natureza da Operação: Tributação no município Nº RPS:	Código de Autenticidade: 687e4ae4 Nº NFS-e: 2025/10	Data de Emissão: 21/07/2025 11:12:52 Data Emissão RPS:

Dados do Prestador

Razão Social: RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663

Nome Fantasia: RS PRODUÇÕES

CNPJ: 35.993.301/0001-48 Inscrição Estadual: Inscrição Municipal: 76000861

Endereço: Rua JOAO PEREIRA DA SILVA, 27, CASA, AGENOR DE GODOY LIMA, Cep:35380000, URUCANIA - MG

Telefone: () E-mail:

Incentivador Cultural: Não Simples Nacional: Optante Regime Especial: Microempresa Municipal

Dados do Tomador

Razão Social: D P CARIA PRODUÇÕES

CNPJ: 51.396.084/0001-65 Insc. Estadual: Insc. Municipal:

Endereço: RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 259, SALA 01, CENTRO - CEP 35.444-000 - AMPARO DO SERRA - MG

E-mail:

Discriminação dos Serviços

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW ARTÍSTICO DA CANTORA RICHELE SILVA EM EVENTO PARTICULAR NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA NO DIA 17/07/2025.

Observações

Código/Serviço - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Código CNAE	ISSQN Retido	Local Prestação dos Serviços	Local de Incidência ISSQN
9001902	Não	3170503 - URUCANIA - MG	3170503 - URUCANIA - MG

Retenções Federais

PIS	COFINS	INSS	IR	CSLL	OUTRAS
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valores da NFS-e

Valor Total dos Serviços	Deduções	Desconto Incondicionado	Desconto Condicionado	Base de Calculo
R$ 17.500,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 17.500,00
Alíquota	Valor do ISSQN	Valor Total	**Valor Líquido**	
0.00	R$ 0,00	R$ 17.500,00	**R$ 17.500,00**	

Recebemos de RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663 os serviços discriminados na nota fiscal eletrônica indicada ao lado.		NFS-e 2025/10
Data de recebimento	Assinatura e Documento do recebedor	

CONFERE COM ORIGINAL

Municipio de Urucania Secretaria Municipal de Fazenda Praca Leopoldino Januario Pereira, 314 - 35380000 - Urucânia - MG ☒ **Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e**	NÚMERO DA NOTA FISCAL **2025/12**

Dados da NFS-e

Natureza da Operação: Tributação fora do município Nº RPS:	Código de Autenticidade: 689e1f03 Nº NFS-e: 2025/12	Data de Emissão: 14/08/2025 14:38:11 Data Emissão RPS:

Dados do Prestador

Razão Social: RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663

Nome Fantasia: RS PRODUÇÕES

CNPJ: 35.993.301/0001-48 Inscrição Estadual: Inscrição Municipal: 76000861

Endereço: Rua JOAO PEREIRA DA SILVA, 27, CASA, AGENOR DE GODOY LIMA, Cep:35380000, URUCANIA - MG

Telefone: () E-mail:

Incentivador Cultural: Não Simples Nacional: Optante Regime Especial: Microempresa Municipal

Dados do Tomador

Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO GRAMA

CNPJ: 18.836.973/0001-20 Insc. Estadual: Insc. Municipal:

Endereço: RUA PADRE JOAO COUTINHO, 121, CENTRO - CEP 35.388-000 - SANTO ANTONIO DO GRAMA - MG

E-mail:

Discriminação dos Serviços

Apresentação artística da Cantora Richele Silva, em praça pública, no dia 06/09/2025 no Município de Santo Antônio do Grama - MG.
Referente: OF03303/25 e EMPENHO EO 03998

Observações

Dados Bancários:
Agência 0001
Conta Corrente: 41594424-2 Banco: 0260
Nu Pagamentos S.A - Instituição de Pagamento

Código/Serviço - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Código CNAE	ISSQN Retido	Local Prestação dos Serviços	Local de Incidência ISSQN
9001902	Sim	3160108 - SANTO ANTONIO DO GRAMA - MG	3160108 - SANTO ANTONIO DO GRAMA - MG

Retenções Federais

PIS	COFINS	INSS	IR	CSLL	OUTRAS
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valores da NFS-e

Valor Total dos Serviços	Deduções	Desconto Incondicionado	Desconto Condicionado	Base de Calculo
R$ 16.500,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 16.500,00
Alíquota 2.00	Valor do ISSQN R$ 330,00	Valor Total R$ 16.500,00	**Valor Líquido** **R$ 16.170,00**	

Recebemos de RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663 os serviços discriminados na nota fiscal eletrônica indicada ao lado.		NFS-e 2025/12
Data de recebimento	Assinatura e Documento do recebedor	

CONFERE COM ORIGINAL

Municipio de Urucania Secretaria Municipal de Fazenda Praca Leopoldino Januario Pereira, 314 - 35380000 - Urucânia - MG ☒ **Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e**	NÚMERO DA NOTA FISCAL **2025/3**

Dados da NFS-e

Natureza da Operação: Tributação fora do município Nº RPS:	Código de Autenticidade: 67befff3 Nº NFS-e: 2025/3	Data de Emissão: 26/02/2025 08:50:11 Data Emissão RPS:

Dados do Prestador

Razão Social: RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663

Nome Fantasia: RS PRODUÇÕES

CNPJ: 35.993.301/0001-48 Inscrição Estadual: Inscrição Municipal: 76000861

Endereço: Rua JOAO PEREIRA DA SILVA, 27, CASA, AGENOR DE GODOY LIMA, Cep:35380000, URUCANIA - MG

Telefone: () E-mail:

Incentivador Cultural: Não Simples Nacional: Optante Regime Especial: Microempresa Municipal

Dados do Tomador

Razão Social: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

CNPJ: 18.316.273/0001-05 Insc. Estadual: Insc. Municipal:

Endereço: RUA CAPITAO LUIZ SETTE, 130, ANDAR, CENTRO - CEP 35.384-000 - SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG Tel: (31) 3883-1152

E-mail: PMSCE@SANTACRUZDOESCALVADO.MG.GOV.BR

Discriminação dos Serviços

Apresentação de show musical - contratação da cantora Richele Silva e Banda através da empresa RS Produções, para apresentação em praça pública no dia 03 de março de 2025 durante as festividades do Carnaval.

Observações

Dados bancários:
Agência 0001 Conta corrente: 41594424-2
Banco: 0260 Nu pagamentos S.A - Instituição
Chave Pix: 35993301000148

Código/Serviço - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Código CNAE	ISSQN Retido	Local Prestação dos Serviços	Local de Incidência ISSQN
9001902	Sim	3157401 - SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG	3157401 - SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG

Retenções Federais

PIS	COFINS	INSS	IR	CSLL	OUTRAS
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valores da NFS-e

Valor Total dos Serviços	Deduções	Desconto Incondicionado	Desconto Condicionado	Base de Calculo
R$ 15.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 15.000,00
Alíquota	Valor do ISSQN	Valor Total	**Valor Líquido**	
5.00	R$ 750,00	R$ 15.000,00	**R$ 14.250,00**	

Recebemos de RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS 07067063663 os serviços discriminados na nota fiscal eletrônica indicada ao lado.	NFS-e 2025/3
Data de recebimento	Assinatura e Documento do recebedor

CONFERE COM ORIGINAL

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA
(31)2150-0380
financas@urucania.mg.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
31705032235993301000148000000000000826018862823388

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
8	07/01/2026	07/01/2026 15:36:24
Número da DPS	**Série da DPS**	**Data e Hora da emissão da DPS**
17	900	07/01/2026 15:36:24

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e
Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
35.993.301/0001-48	-	(31) 9573-4695

Nome / Nome Empresarial
RETICENCIAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA

E-mail
GBTCONTABILIDADE@YAHOO.COM.BR

Endereço
MARIO MIGUEL, 29, AGENOR DE GODOY

Município
Urucânia - MG

CEP
35380-000

Simples Nacional na Data de Competência
Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)

Regime de Apuração Tributária pelo SN
Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
19.382.647/0001-53	-	-

Nome / Nome Empresarial
MUNICIPIO DE GUARACIABA

E-mail
-

Endereço
DIREITA, 92, CENTRO

Município
Guaraciaba - MG

CEP
35436-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
07.01 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concerto...	002 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concerto...	Guaraciaba - MG	-

Descrição do Serviço
Contratacao da BANDA RICHELE SILVA, solicitada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do Municipio de Guaraciaba-MG, para apresentacao artistica durante o Reveillon 2025, no dia 31/12/2025, na Praca Santana- Municipio de Guaraciaba-MG.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	-	Guaraciaba - MG	Nenhum
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Benefício Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 12.937,50	-	-	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
-	-	Não Retido	-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	CP	CSLL	
-	-	-	
PIS	**COFINS**	**Retenção do PIS/COFINS**	**TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL**
-	-	-	-

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
12.937,50	R$	R$	-
IRRF, CP,CSLL - Retidos	**PIS/COFINS Retidos**		**Valor Líquido da NFS-e**
R$ 0,00	-		**R$ 12.937,50**

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Doc Tec: PEDIDO 03407/25 EMPENHO 5317-OR

CONFERE COM ORIGINAL

copasa

NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS

Pag:1/1

Olá,

RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS
R MARIO MIGUEL, 29CA A
CENTRO
URUCANIA 35.380.000 MG

TOTAL A PAGAR
R$164,03

VENCIMENTO
28/01/2026

MATRÍCULA 0 017 126 810 5

IDENTIFICADOR 0 014 975 003 0

Copasa Online
Fale com a Copasa a qualquer hora
Agência Virtual e Webchat - copasa.com.br

Copasa mais próxima de você
R PADRE ANTONIO PINTO 3 PAULO GIARDINI - URUCANIA De 08:00 às 12:00

REFERÊNCIA DA CONTA

ESSA CONTA É DO MÊS DE	Quando foi emitida?	Data da apresentação
01/2026	09/01/2026	09/01/2026

Débitos Anteriores
Relacao ate 6 debitos: 12/2025

12/2025 00.14 24/12/2025

SEU CONSUMO EM LITROS

HIDRÔMETRO
Y22G 1243256

CONSUMO MÊS ANTERIOR	CONSUMO DESTA ATUAL
14.000	21.000

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS DE REFERÊNCIA	VOLUME FATURADO (L)	DIAS ENTRE MEDIÇÕES	MÉDIA DIÁRIA (L)
Jan/2026	21.000	31	677
Dez/2025	14.000	33	424
Nov/2025	13.000	30	433
Out/2025	15.000	33	454
Set/2025	12.000	31	387
Ago/2025	15.000	37	406
Jul/2025	11.000	28	379
Jun/2025	13.000	29	448
Mai/2025	13.000	33	393
Abr/2025	10.000	29	344
Mar/2025	12.000	30	400
Fev/2025	14.000	31	451

Detalhamento dos serviços / Lançamentos

ABASTECIMENTO DE ÁGUA 164,03

LEITURA ATUAL	415
LEITURA ANTERIOR	394 (01/12)
CONSUMO APURADO	21
CONSUMO = ATUAL - ANTERIOR	
PRÓXIMA LEITURA	09/02/2026

UNIDADES ATENDIDAS

SERVIÇO	SOCIAL	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICA
Água					
Esgoto					

TARIFAS

CÁLCULO RESIDENCIAL

FAIXA DE CONSUMO EM MILHARES	CONSUMO DA FAIXA EM LITROS	UNIDADES ATENDIDAS	VOLUME TOTAL	REFERÊNCIA LITROS ÁGUA	VALOR ÁGUA	REFERÊNCIA LITROS ESGOTO	VALOR ESGOTO	SUBTOTAL
					28,60		0,00	28,60
FIXA		1			11,70	0,00000	0,00	11,70
0 A 5	5,00000	1	5,00	4,24000	24,84	0,00000	0,00	24,84
5 A 10	5,00000	1	5,00	4,96700	28,04	0,00000	0,00	28,04
10 A 15	5,00000	1	5,00	7,72700	56,14	0,00000	0,00	56,14
15 A 20	5,00000	1	5,00	10,54000	15,12	0,00000	0,00	15,12
20 A 40	1,00000	1	1,00	13,41000				
SOMA	21,00000		21,00		164,04		0,00	164,04

Tarifa de esgoto
A tarifa de serviços de esgotamento sanitário corresponde a um percentual do valor [illegible] Para saber mais Acesse o QR Code

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA

PERÍODO 11/2025

Portaria de Consolidação 5 Anexo XX do MS (Decreto 5440)

PARÂMETROS ANALISADOS	VALOR	COLIFORMES TOTAIS	CRO	CLORO RESIDUAL LIVRE	FLUORETO	TURBIDEZ
	10	10	10	10	0	10
	15	15	15	15	0	15
AMOSTRADAS	0	0	0	0	0	0
REALIZADAS	15	15	15	15	0	15

CENTRO PAGADO

PAGAMENTO

28/01/2026	***R$164,03

001 26 01131885-6 | 0 017 126 810 5

82680000001-8 64030019100-7 12601131885-7 63170500522-3

CONFERE COM ORIGINAL

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

061

Solicitação de Compra Nº 28/2026

CONTRATAÇÃO CANTORA RICHELE SILVA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026

Solicitante: MARCOS EDUARDO BATISTA **Data da Solicitação:** 13/01/2026
Organograma: 2400000000 - SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Local de Entrega: DISTRITOS E SEDE DO MUNICÍPIO
Objeto: CONTRATAÇÃO DA CANTORA RICHELE SILVA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026
Justificativa: CONFORME DFD Nº 031 O CARNAVAL É UMA DAS FESTIVIDADES MAIS TRADICIONAIS DA CIDADE, ATRAINDO MORADORES, VISITANTES DAS CIDADES VIZINHAS E TURISTAS DE DIVERSAS REGIÕES, MOVIMENTANDO O COMÉRCIO LOCAL, FORTALECENDO O SETOR DE SERVIÇOS E PROMOVENDO A CIRCULAÇÃO DE RENDA. DESSA FORMA, A CONTRATAÇÃO DA ATRAÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE ASSEGURAR A QUALIDADE ARTÍSTICA DO CARNAVAL DE MARIANA 2026, FORTALECER O CALENDÁRIO CULTURAL DO MUNICÍPIO E GARANTIR O DIREITO DA POPULAÇÃO AO ACESSO Á CULTURA, AO LAZER E AO ENTRETENIMENTO EM EVENTO DE GRANDE PORTE E TRADIÇÃO REGIONAL.
Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	1,000	SV	APRESENTAÇÃO ARTISTICA RICHELE SILVA - APRESENTAÇÃO ARTISTICA RICHELE SILVA NA PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL 2026	12.500,0000	12.500,00

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado

Preço Total Itens: 12.500,00

Mariana, 13 de Janeiro de 2026.

MARCOS EDUARDO BATISTA

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

Data: 21/01/2026
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1317679/2026**
Data do Bloqueio: 13/01/2026

Órgão:	24.000	SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Unidade:	24.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECULT
Funcional:	13.392.0016	Difusão Cultural
Projeto/Atividade:	2.552	REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA
Elemento:	3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Código reduzido:	575	

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.000.0000	13/01/2026	23/2026	373.500,00	12.500,00	0,00	361.000,00

CONTRATAÇÃO DA CANTORA RICHELE SILVA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	12.500,00

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Termo de Abertura/Autuação

Ao 13º dia do mês de Janeiro do ano de **2026**, nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 023/2026**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

ERIKA ALVES QUIRINO
COORDENADORA GERAL DE COMPRAS

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exma. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:
CONTRATAÇÃO DA CANTORA RICHELE SILVA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/21 e suas alterações. Sendo assim, sugerimos o uso da modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.001.13.392.0016.2552 339039 Fonte: 1500 Ficha 575

Valor Global Estimado: R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais)

Mariana, 13 de Janeiro de 2026.

ERIKA ALVES QUIRINO
Coordenadora Geral de Compras

De acordo:

MARCOS EDUARDO BATISTA
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA DE MARIANA

Coordenadoria Geral de Compras

PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 22/2026

PROCESSO: 23/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA "CANTORA RICHELE SILVA" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Patrimônio Histórico e Lazer, com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de **Inexigibilidade de Licitação nº 23/2026,** nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer no que tange a necessidade de contratação do show proposto a fim de abrilhantar o Carnaval Mariana 2026;

CONSIDERANDO a manifesta necessidade de estimular a celebração da festividade da cidade e fomentar a economia, divulgando a cultura local, atraindo maior público.

CONSIDERANDO que o Carnaval é uma festa cultural e popular do nosso país e está inserido no Calendário Oficial de Eventos do Município de Mariana;

CONBSIDERANDO que a festividade em tela é de grande relevância para a cidade, uma vez

que, atende as políticas de acesso universal à cultura e ao direito de lazer previsto na Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o notório reconhecimento do público em geral no que tange ao trabalho da banda em comento, e já terem se apresentado em diversos eventos de grande repercussão popular, conforme se verifica nos documentos acostados ao feito;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses da banda, visto que a contratação, em tela será viabilizada entre este município e empresa devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito quais sejam notas fiscais emitidas em data não inferior a um ano;

Frise-se que não compete a esta Coordenadoria de Compras prover a análise de conveniência e oportunidade do ato administrativo em tela, visto que compete exclusivamente ao ordenador de despesas da pasta requisitante.

Destarte, havendo pareceres favoráveis à legalidade e regularidade da contratação fronte as questões ora tratadas, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74, inciso II, entendemos que o caso em tela se enquadra nas possibilidades de **INEXIGIBILIDADE** de licitação prevista em lei.

Ato contínuo, encaminhe-se o presente procedimento à Procuradoria e à Controladoria Geral do Município para que estas manifestem-se pela regularidade do feito, sob os mais diversos aspectos que abrangem suas competências e atribuições legais.

É o parecer, salvo melhor apreciação

Mariana, 13 de janeiro de 2026

Érika Alves Quirino
Coordenadoria Geral de Compras

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EMENTA: PARECER - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 022/2026 – PRC 023/2026 - PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO – PROCESSAMENTO E TRAMITES REGULARES.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação artística da "Banda Richele Silva", para apresentação artística, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU nº 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 2º, § 3º, da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*".

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei nº 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

O artigo 72 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI – Razão da escolha do contratado;
> VII - Justificativa de preço;
> VIII - Autorização da autoridade competente.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação artística da "Banda Richele Silva" para apresentação artística no Município de Mariana-MG, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer, com fulcro no o inciso II, do art. 74 da Lei 14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

No presente caso a Lei Federal n° 14.133/21, em seu art. 74, inciso II, trouxe a possibilidade de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de inexigibilidade de licitação.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei 14.133/2021.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda (fls. 001/003) Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010), Termo de Referência (fls. 012/020), todos aprovados e assinados pelo Secretário Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer.

A estimativa prévia de preço da contratação em R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando os preços constantes nas notas fiscais e contratações públicas e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Tal estimativa consta no Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010) e na justificativa de preço (fl. 022).

Consta, à fl. 062, o bloqueio orçamentário que demonstra compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido pelo artista "Banda Richele Silva" com a celebração do contrato.

Acostada documentação referente aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (fls. 035/054). Isto posto, os documentos de qualificação devem ser avaliados tecnicamente pela secretaria ordenadora de despesas, responsável pela elaboração do Termo de Referência, conforme observa-se às fls. 015/016. Deste modo, acostada declaração em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021 assinado pelo ordenador de despesas (fls. 021).

A razão da escolha do contratado pode ser observada às fls. 012/013, na qual o Secretário ordenador de despesas afirma que:

> "O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda. Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

> do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade. A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento. Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento grande porte e tradição regional."

Consta proposta às fls. 023 e release às fls. 024 e seguintes. Ressalta-se que a razão da escolha do contratado é de exclusiva responsabilidade do ordenador de despesas.

A autorização da autoridade competente para a contratação direta mediante Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei 14.133/2021 pode ser verificada às fls. 064, com a "Abertura do Processo Licitatório".

A justificativa de preços pode ser comprovada por meio de contratos e notas fiscais, às fls. 055/059, bem como pela fundamentação apresentada pelo ordenador de despesas, à fl. 022.

Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU nº 17, a seguir:

> A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei n.º 14.133, de 2021:

> Art. 23 (...) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

> no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

O §2° do artigo 74 da Lei 14.133/2021 determina que:

> "(...) considera-se empresária exclusiva a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico"

Para tanto, foi juntada Declaração de Exclusividade, à fl. 034.

O objeto singular torna inviável a realização da licitação, visto que o serviço/produto somente pode ser elaborado ou entregue por pessoa jurídica singular, diretamente ou através de representante exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Segundo Joel de Menezes Niebuhr[1], é cabível a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissionais do ramo artístico nos seguintes termos:

> A inexigibilidade para contratação de serviços artísticos, por sua vez, encontra fundamento na subjetividade que lhes é imanente. A arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva. Antes disso, a arte é expressão da alma, do espírito, da sentimentalidade, da criatividade, por tudo e em tudo singular. Desta maneira – é imperativo ressaltar em virtude de ser muito frequente a confusão – a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos não depende da inexistência de outros artistas que também possam prestar o serviço. Aliás, pode e costuma haver vários artistas capazes e habilitados, mas, mesmo assim, inexigível é a licitação pública, em tributo à singularidade de expressão.

Através da Consulta n°. 14/2013, o Ministério Público do Estado de Minas, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (CAOPP), afirmou que não há como definir, segundo os critérios legais, o que venha a ser "crítica especializada" e qual o alcance de sua atuação. Citando Diógenes Gasparini[2], a resposta é apresentada:

> Por força do estabelecido no inciso III do artigo 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião. O dispositivo em apreço não traz grandes dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica

[1] NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*. 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 187.
[2] GASPARINI. Diógenes. *Direito Administrativo*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 323.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública.

Às fls. 025/032, constam apresentações correlatas do artista em eventos similares, a fim de demonstrar sua atuação no cenário musical e o alcance de sua especialização.

Desse modo, a juntada do presente Parecer Jurídico aos autos, associado aos trabalhos elaborados pela Procuradoria Geral do Município, auxilia no cumprimento dos requisitos do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

Importante reforçar com o parágrafo único do mesmo art. 72 da Nova Lei de Licitações dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Procuradoria Geral, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação de profissional do setor artístico a ser realizado por "Banda Richele Silva".

Recomenda esta procuradoria que em processos de contratação de profissionais do setor artístico, seja especificado/desmembrado o valor da proposta, com o detalhamento do cachê artístico e dos custos de transporte, alimentação, entre outros.

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 22 de janeiro de 2025.

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 172.712

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
Controladoria Geral do Município
Praça JK, S/N, Centro - Mariana/MG - CEP: 35.420-000
Fone: (031) 3557-9044

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo.

ASSUNTO/OBJETO: Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo supracitado, cujo objeto é a contratação da Cantora " RICHELE " para compor a programação do Calendário Cultural 2026.

DADOS DO PROCESSO

Processo administrativo de contratação direta nº: 023/2026
Inexigibilidade de licitação nº: 022/2026
Dispositivo legal: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 250/2025, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana**.

DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão a três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

No artigo 169, §3º, a Lei nº 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

[1] **Lei nº 14.133/21 - art. 169, § 3º** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: **I** - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; **II** - quando constatarem

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal nº 11.813/2024 e do Decreto municipal nº 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo desta apreciação 073 folhas reunidas em um único volume. Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

---

irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

[2]**Decreto municipal nº 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto municipal nº 11.833/2024** regulamenta o sistema de registro de preços. **Decreto Municipal nº 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3]**Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
Art. 17. "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. "

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

RELATÓRIO

O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:

1. Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – fls. 01 a 03 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas.

2. Consta o Estudo técnico preliminar – fls. 04 a 10, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

3. Consta a análise dos riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2° e §3°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas – fl. 11.

4. Consta o Termo de Referência – fls. 12 a 20 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2°, 3°, 4° e 6° do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/2024, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6°, inciso XXIII c/c art. 40, §1°, ambos da Lei 14.133/21.

5. Ressalvamos que, nenhum dos documentos de planejamento da contratação (DFD, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência), não há a indicação da dotação orçamentária;

6. Consta a proposta da futura contratada, no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil quinhentos reais) – fl. 023.

---

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

7. Consta manifestação do encarregado de planejamento da contratação explicitando a razão da escolha da futura contratada, no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1, tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência – fls. 12 e 13, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

8. Para a justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II c/c § 2° do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal nº 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: justificativa no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1, tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência – fls. 12 e 13; Portfólios de apresentações anteriores fls. 24 a 32.

9. Consta nos autos a comprovação de que a empresa **RETICENCIAS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n°: 35.993.301/0001-48**, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira com seus prazos de validades vigentes; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal; declaração de habilitação e qualificação – fls. 034 a 054;

10. Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados: justificativa de preço – fl. 21 e três documentos/contratos fiscais – fls. 055 a 059;

11. Quanto à apreciação dos documentos acima descritos, nos termos da alínea "c", do art. 16 da Lei nº 11.812/24, com base nas diretrizes delineadas na Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024[5], observou-se que a justificativa de preços foi materializada com base em valores superiores comercializados pela futura contrata, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração pública.

[5]A **Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Em relação à existência de demonstração da compatibilidade entre o preço a ser contratado e o valor de mercado, assim como, a vantagem econômica, em cumprimento ao disposto no art. 16, alínea "b", do Decreto Municipal nº 11.812/2024, vejamos os valores conforme tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Comparativo de preços.

Preços praticados pela proponente em outras contratações. (A)		Preço proposto ao Município de Mariana (B)	Comparativo de A vs. B Resultado: > ou = ou <
NOTA FISCAL 09	R$ 17.000,00	**R$ 12.500,00**	**A > B**
NOTA FISCAL 10	R$ 17.500,00		**A > B**
NOTA FISCAL 12	R$ 16.500,00		**A > B**
NOTA FISCAL 03	R$ 15.000,00		**A > B**
NOTA FISCAL 08	R$ 12.937,50		**A > B**

Em conformidade com a tabela supra, após análise comparativa entre o preço proposto e os apresentados como justificativa, observa-se que o valor da proposta é compatível com os valores que a proponente pratica no mercado, e levando em consideração que o preço é inferior aos demais, entende-se que há demonstração da vantagem econômica.

12. Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado e autorizado pelo Ordenador de despesas – fl. 063.

13. Consta a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente ao exercício corrente – fl. 49, **porém, não há como validar a informação com os instrumentos de planejamento, uma vez que não houve a indicação de dotação nos referidos instrumentos (DFD, ETP, TR)** (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000).

Dotação: 24.001.13.392.0016.2.552 3.3.90.39 – fonte de recurso 1.500 - ficha 575

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

14. Consta a indicação do agente responsável pela condução do procedimento de contratação direta – fl. 002, no entanto, **não consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação. Sendo assim, recomendamos que seja juntado ao processo.**

ATENÇÃO:
Visto que não identificamos no processo o ato de designação dos encarregados pelo planejamento da contratação, aproveitamos a oportunidade para **orientar ao Secretário** que o art. 5º do Decreto Municipal 11.813/2024, determina que o encarregado de planejamento da contratação deve ser indicado pelo(a) Secretário(a) Municipal da respetiva pasta, e designado pelo chefe do poder executivo, por meio de portaria, observados os requisitos dispostos nos arts. 8º, 10 e 11, do mesmo Decreto. Essa orientação de justifica em razão de que **o encarregado de planejamento da contratação** é o servidor responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Documento de Análise de Riscos, Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, Projetos Básicos ou Projeto Executivo, instruir os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, dentre outras atribuições elencadas no art. 17 do Decreto Municipal 11.813/2024.

15. Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - fls. 065 a 066, em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação.

16. Consta o parecer jurídico - fls. 058 a 073, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

17. Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[6]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo, podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

[6] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: 16/12/2025 às 14h08min.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis"*.

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[7] do Decreto municipal nº 11.812/2024, ***desde que:***

PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais nº 11.812/2024 e nº 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 14, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, **observados o §4º do art. 14 do Decreto Municipal 11.812/2024 e §2º art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, na qual **no caso de contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade de licitação, "a publicação deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas"**.

✓ Confeccionar o empenho da despesa, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à(s) contratação(ões)**. Tal orientação é consentânea com o acordão do TCU, nº 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964".

---

[7] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. **I** - Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá**: **a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação** e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6º, § 1º, c/c art. 7º, ambos do Decreto Municipal nº 11.813/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 23 de janeiro de 2026.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 22/2026

PROCESSO: 23/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA "CANTORA RICHELE SILVA" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em garantir um calendário cultural extenso e diversificado;

CONSIDERANDO que as festividades do " CARNAVAL DE MARIANA" têm relevância cultural e social, que apresentação musical amplia a participação popular;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses dos artistas, visto que a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, inclusive no mesmo período carnavalesco, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 26 de janeiro de 2026

MARCOS EDUARDO BATISTA

Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo